



**DEPARTAMENTO DE TAQUIGRAFIA,  
REVISÃO E REDAÇÃO**

**SESSÃO: 044.3.55.O**

**DATA: 22/03/17**

**TURNO: Noturno**

**TIPO DA SESSÃO: Deliberativa  
Extraordinária - CD**

**LOCAL: Plenário Principal - CD**

**INÍCIO: 20h45min**

**TÉRMINO: 22h32min**

DISCURSOS RETIRADOS PELO ORADOR PARA REVISÃO

Hora	Fase	Orador

**Obs.:**

**Ata da 44ª Sessão da Câmara dos Deputados, Deliberativa Extraordinária, Noturna, da 3ª Sessão Legislativa Ordinária, da 55ª Legislatura, em 22 de março de 2017.**

**Presidência dos Srs.:**

**Rodrigo Maia, Presidente.**

**Calos Manato, 4º Suplente de Secretário.**

**ÀS 20 HORAS E 45 MINUTOS COMPARECEM À CASA OS SRS.:**

Rodrigo Maia

Fábio Ramalho

André Fufuca

Giacobo

Mariana Carvalho

JHC

Rômulo Gouveia

Dagoberto

César Halum

Pedro Uczai

Carlos Manato



## **I - ABERTURA DA SESSÃO**

**O SR. PRESIDENTE** (Rodrigo Maia) - A lista de presença registra na Casa o comparecimento de 470 Senhoras Deputadas e Senhores Deputados.

Está aberta a sessão.

Sob a proteção de Deus e em nome do povo brasileiro iniciamos nossos trabalhos.

## **II - LEITURA DA ATA**

**O SR. PRESIDENTE** (Rodrigo Maia) - Fica dispensada a leitura da ata da sessão anterior.

## **III - EXPEDIENTE**

**(Não há expediente a ser lido)**



**IV - ORDEM DO DIA**

***PRESENTES OS SEGUINTE SRS. DEPUTADOS:***



**O SR. PRESIDENTE** (Rodrigo Maia) - A lista de presença registra o comparecimento de 470 Senhoras Deputadas e Senhores Deputados. (*Manifestação no plenário: Golpista! Golpista! Golpista!*)



O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Passa-se à apreciação da matéria sobre a mesa e da constante da Ordem do Dia.

Item único.

**PROJETO DE LEI Nº 4.302, DE 1998**

**(DO PODER EXECUTIVO)**

*Continuação da votação, em turno único, do Substitutivo do Senado Federal ao Projeto de Lei nº 4.302, de 1998, que altera dispositivos da Lei nº 6.019, de 3 de janeiro de 1974, que dispõe sobre o trabalho temporário nas empresas urbanas e dá outras providências e dispõe sobre as relações de trabalho na empresa de prestação de serviços a terceiros.*



**O SR. PRESIDENTE** (Rodrigo Maia) - Passa-se à continuação da votação.

Requerimento sobre a mesa.

*Senhor Presidente,*

*Requeiro nos termos do art. 117, inciso IX, combinado com o art. 161, inciso I e § 2º, do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, destaque para votação em separado do § 1º do art. 2º da Lei nº 6.019, de 1974, com a redação dada pelo art. 1º do Substitutivo do Senado Federal, para substituí-lo pelo § 2º do art. 2º da Lei nº 6.019, de 1974, com a redação dada pela Câmara Federal.*



*(Intervenções simultâneas ininteligíveis.) (Manifestação no plenário.)*

**O SR. PRESIDENTE** (Rodrigo Maia) - Não, o acordo foi feito e ninguém disse nada. O destaque foi feito. O acordo foi feito e todos ficaram em silêncio, concordaram. *(Manifestação no plenário.)*

V.Exa. não berre, porque não pode berrar aqui!

Para falar a favor, concedo a palavra ao Deputado Weverton Rocha...  
*(Manifestação no plenário.)*

Foi feito um acordo. Estou cumprindo o acordo. Por que V.Exa. não foi ao microfone dizer que não fez acordo? V.Exa. podia ter ido ao microfone.

Concedo a palavra ao Deputado Weverton Rocha, para falar a favor. *(Pausa.)*

**O SR. GLAUBER BRAGA** - Isso é um absurdo!

**O SR. PRESIDENTE** (Rodrigo Maia) - Orientação de bancada.

Como vota o Bloco PP/PTN/PHS/PTDOB? *(Pausa.)*

Como vota o PMDB? *(Pausa.)*

Desculpe, Deputado Weverton Rocha.

V.Exa. está com a palavra.

**O SR. ARTHUR LIRA** (Bloco/PP-AL. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - O Bloco PP vota "sim" e pede que a orientação da base permaneça sendo "sim".

**O SR. JHONATAN DE JESUS** (PRB-RR. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Os partidos da base concordam que a orientação de voto seja "sim", Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Rodrigo Maia) - Concedo a palavra ao Deputado Weverton Rocha, para defender o destaque de votação.



O SR. WEVERTON ROCHA (PDT-MA. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, o rolo compressor está ligado. Eu nem comecei a defesa e já começaram a indicar. Aí colocam o resultado e vai todo mundo para casa. Não é assim que funciona? E vêm dizer, no grito — alto — que não estamos retirando direitos e que não estamos rasgando a CLT. É muita cara de pau sim! E não venham querer dizer e apontar o dedo para o passado, porque é importante lembrar que este projeto que V.Exas. acabaram de votar estava, há 18 anos, adormecido lá no Senado Federal. De lá para cá, houve um tempo. Nesse tempo, lembrem-se dos mais de 12 milhões de empregos que foram gerados neste País. Virem dizer que o remédio para gerar emprego no País é retirar direitos do trabalhador é sim cara de pau! É um atentado ao trabalhador brasileiro!

No mínimo, aqui nós poderíamos colocar a mão na consciência e dizer que esse Governo e a forma como está sendo conduzido este processo... E não se trata apenas da reforma trabalhista, porque, senhores, não é preciso haver Comissão. Olhem lá! Os Deputados que estão na Comissão Especial da Reforma Trabalhista deviam pedir para sair, porque para nada ela vai servir. Sabem por quê? Porque a reforma trabalhista foi feita agora, de supetão, no açodamento. Simplesmente, chegaram e disseram: *“É um bom texto. Vamos adaptá-lo e terminar de rasgá-lo”*.

Senhores, não dá para pensar e imaginar que, em pleno século XXI, iríamos utilizar países não só da Europa ou da América do Sul como referência na questão do trato do empregado com o empregador. Vejam quantos Ministros tem o Tribunal Superior do Trabalho! Dos 26, 19 são contrários a estas propostas retrógradas que estão aqui. Vejam o posicionamento das associações e das entidades, não só as de classe, mas todas que formam opinião de verdade neste País.



Não houve aprofundamento, não houve debate, não houve discussão. Isso, no mínimo, é um retrocesso, um passo atrás. Nós nunca dissemos que não devíamos discutir. Temos que discutir. Mas atropelar as coisas e achar que, no açodamento, de uma hora para outra, se retira e se vota um projeto e é assim mesmo só porque a área econômica mandou para cá dizendo que é bom... Nem tudo que se manda para cá é bom, senhores.

Peço aos Deputados da base do Governo que se lembrem de que o Sr. Henrique Meirelles, que está na Fazenda, não sabe o que é povo, não sabe e não vive, no dia a dia, a luta na comunidade de V.Exas. Ele não tem o *feeling* de V.Exas. V.Exas. tinham que falar com ele e impor o limite desta Casa. Qual é o limite? O respeito.

O PDT votou “sim” à terceirização em 2015. O projeto está lá dormindo no Senado. Por que não trouxeram esse texto para cá? Nós aprofundamos o debate acerca desse texto que está lá. Sabe por que não o trouxeram? Porque o Senado faz o que quer. Está pautando a Câmara, e, infelizmente, tem gente que está achando bonito.

Vamos encaminhar contra esta reforma e contra todos os projetos que pretendem retirar direitos. Continuaremos resistentes, dizendo “não” a qualquer tipo de retrocesso.

**O SR. PRESIDENTE** (Rodrigo Maia) - O painel está aberto. Peço aos Deputados que deem presença, para que não haja dúvidas de que a votação vai ser encerrada hoje. A presença nesta sessão é que conta para efeitos administrativos, apesar do acordo com a maior parte da Oposição e da votação, que será simbólica.

**O SR. GLAUBER BRAGA** - Presidente, Rodrigo Maia.



**O SR. PRESIDENTE** (Rodrigo Maia) - Eu vou lhe dar a palavra, só 1 minuto.

Requeiro nos termos do art. 117, inciso IX...

**O SR. LAERCIO OLIVEIRA** (SD-SE. Pela ordem. Sem revisão do orador.) -

Peço à base do Governo que marque presença no painel.

**A SRA. ALICE PORTUGAL** (PCdoB-BA. Pela ordem. Sem revisão da oradora.) - Os que são a favor dos trabalhadores aguardem, não deem presença ainda.



**O SR. PRESIDENTE** (Rodrigo Maia) - Tem a palavra o Deputado Paulo Teixeira, pela Minoria.

**O SR. PAULO TEIXEIRA** (PT-SP. Como Líder. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sras. Deputadas, povo brasileiro que assiste a esta sessão, depois de rasgar a Constituição num crime que foi cometido e presidido por Eduardo Cunha, que tirou o Governo eleito pelo povo, hoje esta Casa rasgou a CLT.

Esta Casa rasgou a CLT porque aprovou aqui um projeto que estava dormindo nesta Casa, nem aprovou o projeto de terceirização que foi aprovado nesta Casa e está no Senado. Hoje, aqui, a CLT foi rasgada por uma maioria que é subserviente ao poder econômico, que aprovou o projeto de terceirização indiscriminado, que permitirá a terceirização em todas as áreas econômicas de uma empresa e que gerará perda de direitos para os trabalhadores. Os trabalhadores poderão ser contratados como pessoa jurídica e, ao serem contratados como pessoa jurídica, não receberão mais férias, descanso remunerado, FGTS, não terão vínculos previdenciários. É o que foi aprovado hoje à tarde. Isso resultará na perda de empregos registrados. Os trabalhadores registrados perderão seus empregos e serão substituídos por trabalhadores terceirizados e “pejotizados”, e os salários que foram conquistados ao longo de anos de luta sindical serão rebaixados, porque o trabalhador, que tem direitos, será substituído por outro sem os mesmos direitos. Essa é a barbárie que foi aprovada aqui.

Nós estamos numa luta civilizatória de integração dos trabalhadores e de conquistas de direitos. A elite, o capital, quer diminuir o custo do trabalho. O que o capital conquistou hoje à noite aqui foi a diminuição do custo do trabalho. Não estamos nos aproximando dos países civilizados. Estamos nos aproximando



daqueles países que degradam a força do trabalho e a mão de obra. Nesta noite, a massa salarial vai perder e o capital vai ganhar em virtude do voto da subserviência ao capital daqueles que concordaram em votar com o que quis o Ministério da Fazenda, os bancos e o grande segmento econômico que concentra renda neste País.

Isso ocorrerá não só pela terceirização, mas também por trabalhos temporários alongados. O que acontecerá é que os empregadores preferirão contratar trabalhadores temporários a fazer o vínculo empregatício. Não que nós não precisássemos discutir a legislação trabalhista. Há um grupo de trabalho, há uma Comissão Especial discutindo a legislação trabalhista, mas essa Comissão Especial sofreu um golpe nesta noite: numa canetada irregular que tem que ser questionada na Justiça, este projeto foi aprovado aqui.

Foi anotado muito bem pelo Deputado Henrique Fontana o cometimento de um crime contra os trabalhadores, uma violência contra a classe trabalhadora nesta noite. Mas o resultado final da votação demonstrou que o Governo não tem votos para aprovar uma mudança na Previdência. Esta reforma não é uma reforma, é a destruição da previdência pública, o favorecimento do capital privado, que quer operar nas previdências privadas. Esse projeto não terá sucesso nesta Casa.

Assim, esse Governo golpista ofereceu para o poder econômico a destruição da CLT nesta noite. Os trabalhadores do Brasil têm que entender o que aconteceu nesta noite. Os trabalhadores têm que saber o que aconteceu nesta noite. E a resposta a este projeto, além da mobilização judicial, tem que ser uma greve neste País contra a destruição da CLT e contra a tentativa de destruir a Previdência Social brasileira.



O que eles querem não são ajustes, não é reforma, não é melhora, o que eles querem é operar contra o povo mais humilde do Brasil, na reforma da Previdência, contra a trabalhadora rural, contra o trabalhador rural, contra a trabalhadora urbana, contra o idoso, que tem 70 anos de idade e que vai ter seu benefício desvinculado da melhoria do salário mínimo — e, ele que tem o benefício hoje com 65 anos de idade só poderá tê-lo aos 70 anos, caso esta reforma prospere. Esses que são os destinatários do pagamento do pato.

Paulo Skaf, para derrubar o Governo, tinha um pato na frente da FIESP. Ele dizia: “*Nós não vamos pagar o pato*”. Isto é, os empresários brasileiros que não pagam impostos, cujos patrimônios estão nas empresas — não pagam imposto de renda —, diziam: “*Nós não queremos pagar o pato*”. E nesta noite eles enfiaram esse pato goela abaixo dos trabalhadores. Quem está pagando o pato deste chamado ajuste brasileiro não são as grandes fortunas, não são aqueles que estão entrando na lista dos mais ricos do mundo na revista *Forbes*, não são aqueles que aumentaram a desigualdade social, como hoje está na publicação do IDH; quem está pagando o pato não são aqueles mais ricos que deveriam pagar mais impostos, impostos sobre grandes heranças, impostos sobre lucros no sistema financeiro, dividendo. Não são eles. Quem está pagando o pato é o trabalhador, que acorda de madrugada, pega transporte coletivo, mora na periferia, ganha salário baixo. Ele é o destinatário deste chamado ajuste — desajuste, injusto!

E aqueles que votaram esta noite nessa proposta, consciente ou inconscientemente, pagarão caro nas suas trajetórias políticas. As suas caras estarão em cartazes em todo o País. Pagarão caro nas eleições do ano que vem (*palmas*), porque assinaram embaixo de uma grande injustiça contra a classe



trabalhadora. Que as reformas fossem feitas nas Comissões destinadas a essa finalidade, porque lá há discussão, há audiências públicas, não num golpe regimental que foi dado para rasgar a CLT.

V.Exas., esta noite, indicaram o rumo para o Brasil. Não é o rumo civilizatório. V.Exas. indicaram para o Brasil, esta noite, a barbárie, a retirada de direitos, a concentração de renda na sociedade brasileira, a injustiça, mas principalmente a subserviência ao poder econômico e a justificativa de um golpe que foi dado na democracia brasileira.

Vejam o que V.Exas. fizeram: rasgaram a carteira de trabalho dos mais humildes para permitir a concentração de renda dos mais poderosos deste País. Nós lamentamos...

*(Desligamento automático do microfone)*



**O SR. PRESIDENTE** (Rodrigo Maia) - A lista de presença registra o comparecimento de 267 Senhoras Deputadas e Senhores Deputados.

Passa-se à Ordem do Dia.

**O SR. GLAUBER BRAGA** - Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Rodrigo Maia) - Eu só vou ler a matéria, e passo a palavra a V.Exa.



O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Passa-se à apreciação da matéria sobre a mesa e da constante da Ordem do Dia.

Item único:

**PROJETO DE LEI Nº 4.302, DE 1998**

**(DO PODER EXECUTIVO)**

*Continuação da votação, em turno único, do Substitutivo do Senado Federal ao Projeto de Lei nº 4.302, de 1998, que altera dispositivos da Lei nº 6.019, de 3 de janeiro de 1974, que dispõe sobre o trabalho temporário nas empresas urbanas e dá outras providências e dispõe sobre as relações de trabalho na empresa de prestação de serviços a terceiros.*



**O SR. PRESIDENTE** (Rodrigo Maia) - Passa-se à continuação da votação.

Concedo a palavra ao Deputado Glauber Braga. *(Manifestação nas galerias.)*

**O SR. GLAUBER BRAGA** (PSOL-RJ. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, eu quero fazer uma recapitulação do que aconteceu aqui, para que isso não seja um gerador de precedentes... *(Manifestação nas galerias.)*

Eu quero fazer uma recapitulação do que aconteceu aqui para que isso não seja um gerador de precedentes. Eu nem vou utilizar a tribuna para dialogar olhando para V.Exa. O Líder do Governo subiu àquela tribuna e fez a proposta de que houvesse votação nominal no texto principal e que às outras matérias, então, não fossem solicitadas ou feito pedido de verificação. *(Manifestação nas galerias.)*

**O SR. PRESIDENTE** (Rodrigo Maia) - Isso.

**O SR. GLAUBER BRAGA** - É sabido por todos que o PSOL não tem número para fazer pedido de verificação de votação nominal. Tanto é que, depois da fala do Líder do Governo naquela tribuna, o PSOL, por várias votações, continuou indicando obstrução no painel. Não houve uma modificação do comportamento do PSOL em relação à obstrução das matérias, à exceção da última, a que nós queríamos deixar clara a diferenciação da nossa posição para aqueles Parlamentares que votam “sim”.

V.Exa. ainda indicou da Mesa que haveria a votação de prorrogação dos trabalhos de uma CPI a que o PSOL tem posição claramente contrária, a CPI FUNAI e INCRA.

**O SR. PRESIDENTE** (Rodrigo Maia) - Mas nessa não há acordo.

**O SR. GLAUBER BRAGA** - É exatamente por esse motivo e também pelo PSOL não ter feito o acordo anterior, já que nós não temos número para pedir



verificação, que eu me dirigi a este microfone para solicitar novo painel. Os microfones estavam desligados. Eu me dirigi a V.Exa. na frente do plenário e, quando me dirigi à frente, V.Exa. disse que o acordo já estava firmado, e não houve declaração da sua parte.

O PSOL não pode ser cobrado aqui pela realização de acordo, inclusive para um item que ele não tem número para pedido de verificação. Eu não tenho que vir ao microfone todas as vezes para fazer uma declaração. Simplesmente o não assentimento já é uma demonstração clara de que não há da nossa parte a aceitação.

Quero deixar isso claro. Não quero aqui que isso se torne uma questão pessoal, porque não é.

**O SR. PRESIDENTE** (Rodrigo Maia) - Claro.

**O SR. GLAUBER BRAGA** - Foi uma tentativa clara de fazer o nosso direito ser respeitado. V.Exa. voltou atrás, teve a oportunidade de pedir que se pedisse novamente o painel, e a partir desse momento nós temos um esclarecimento dos fatos. Mas que as coisas possam caminhar da maneira adequada.

Esta foi a nossa posição: na garantia do direito regimental da bancada do PSOL.

Obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Rodrigo Maia) - Está esclarecido.

Eu peço desculpas a V.Exa. por qualquer problema de comunicação da minha parte: eu recuei.

**O SR. FABIO GARCIA** - Sr. Presidente, só 1 minuto.

**O SR. PRESIDENTE** (Rodrigo Maia) - Só 1 minuto.



**O SR. PRESIDENTE** (Rodrigo Maia) - Requerimento sobre a mesa:

*Senhor Presidente,*

*Requeiro nos termos do art. 117, inciso IX, combinado com o art. 161, inciso I e § 2º, do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, destaque para votação em separado do § 1º do art. 2º da Lei nº 6.019, de 1974, com a redação dada pelo art. 1º do substitutivo do Senado Federal, para substituí-lo pelo § 2º do art. 2º da Lei nº 6.019, de 1974, com a redação dada pela Câmara Federal.*



**O SR. PRESIDENTE** (Rodrigo Maia) - Com a palavra o Deputado Weverton Rocha. *(Pausa.)* S.Exa. já usou da palavra.

Orientação.

Como vota a base do Governo? *(Pausa.)*

Como vota o PMDB?

**O SR. DARCÍSIO PERONDI** (PMDB-RS. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, a base orienta o voto “sim”, todos os partidos.

**O SR. WELITON PRADO** - Sr. Presidente, pela Liderança do PMB...

**O SR. PRESIDENTE** (Rodrigo Maia) - A base do Governo vota “sim”.

Como vota o PT? *(Pausa.)*

**O SR. WELITON PRADO** - Sr. Presidente, o PMB...

**O SR. PRESIDENTE** (Rodrigo Maia) - Como vota o PMB?

**O SR. WELITON PRADO** - Sr. Presidente, quero aproveitar e utilizar o tempo de Líder.

**O SR. LUCAS VERGILIO** (SD-GO. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, o Solidariedade libera a bancada.



**O SR. PRESIDENTE** (Rodrigo Maia) - Concedo a palavra ao Deputado Weliton Prado, para uma Comunicação de Liderança, pelo PMB.

**O SR. WELITON PRADO** (PMB-MG. Como Representante. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, hoje a noite é triste para o conjunto dos trabalhadores brasileiros: foi aprovada a precarização, foi aprovada a terceirização, com o voto contrário do PMB. A terceirização significa jornada de trabalho maior, significa salários menores, significa menos direitos.

E V.Exas. podem ver que a maioria dos acidentes hoje ocorrem com funcionários terceirizados. Vou dar um exemplo de Minas Gerais, com relação à CEMIG: quantos acidentes acontecem com funcionários efetivos e quantos acidentes acontecem com funcionários terceirizados? O número de acidentes com funcionários terceirizados é muito maior. Além de aumentar a jornada de trabalho, os salários são menores. A jornada de trabalho aumenta e o número de acidentes também.

O nosso posicionamento é claro. Em 2015, votamos contra o ajuste fiscal e o projeto que tramitou na Casa. Votamos contra a terceirização, votamos contra o fator previdenciário. Agora, temos a mesma postura, votamos contra a terceirização.

Em relação à reforma da Previdência, nosso posicionamento também é objetivo. É um absurdo, é uma lástima o que o Governo quer fazer com o conjunto dos trabalhadores brasileiros, jogando toda a culpa de todos os problemas do Brasil nas costas dos mais pobres, nas costas das mulheres, nas costas dos trabalhadores rurais, mexendo em benefícios sociais, mexendo em benefícios já garantidos para os servidores públicos, que verão da noite para o dia o pesadelo de perderem seus direitos.



O Governo está beneficiando o setor financeiro, beneficiando os bancos. O Governo poderia muito bem realizar a auditoria da dívida pública, poderia taxar as grandes fortunas, poderia taxar os bancos, poderia cobrar das empresas que devem milhões e milhões — mais de 1,5 trilhão de dívidas o Governo tem para receber —, poderia prorrogar esse prazo para, em vez de vencer em 5 anos, vencer em 10 anos, e poderia solucionar o problema da Previdência Social. Poderia acabar com a desvinculação, com a DRU, poderia acabar com o conjunto das desonerações que jogou mais uma vez nas costas dos trabalhadores.

Não, o Governo preferiu o caminho maldoso de penalizar o trabalhador brasileiro com uma reforma da Previdência totalmente injusta. Peguem um jovem que termina a graduação. Ele vai entrar no mercado de trabalho com 28 anos e, se para se aposentar integralmente vai ter que ter 49 anos de contribuição, ele vai se aposentar com quase 80 anos de idade. E a expectativa de vida no Brasil não é essa. Em muitas regiões, é bem menor. Então, 90% das pessoas do País não vão se aposentar porque já vão ter morrido.

E há mais uma injustiça, que é a reforma trabalhista. O Governo encaminha o negociado sobre o legislado. A terceirização é um exemplo disso também. Vai haver contrato com pessoas jurídicas. Não vai haver mais contribuição previdenciária. Como vão pagar quem já se aposentou? A reforma da Previdência não é reforma da Previdência, porque poderiam fazer uma reforma para combater o abuso, as irregularidades, os altos salários, as sonegações, os erros e as irregularidades da Previdência. Mas não é esse o objetivo do Governo, não é fazer reforma. O objetivo é acabar com a Previdência Social.



E, aprovando a reforma trabalhista, a terceirização, com a reforma da Previdência, o jovem não vai querer contribuir. Quem vai querer contribuir sabendo que não vai conseguir se aposentar, sabendo que a possibilidade de morrer antes é muito grande, porque é alta a idade de aposentadoria? Se não vai haver quem contribua, quem já está aposentado não vai receber. Isso acaba com a Previdência Social, não tenho dúvida nenhuma. A reforma da Previdência não é reforma da Previdência, é o fim da Previdência Social, beneficiando os bancos, beneficiando o sistema financeiro.

É uma grande injustiça do Governo, que teria mil e um mecanismos, mas ele quis o caminho mais fácil — ou o mais difícil, que penaliza os trabalhadores, as mulheres, os benefícios sociais.

Eu queria parabenizar todos os sindicatos, todas as entidades, todas as pessoas que estão se mobilizando de Norte a Sul do País. Estou percorrendo todas as regiões do Estado de Minas Gerais. Esta semana houve na Assembleia Legislativa uma grande mobilização. Os servidores não abaixam a cabeça, não aceitam de maneira nenhuma esta reforma que vai ferir de morte o conjunto dos trabalhadores brasileiros em seus direitos. A mobilização no Brasil é muito grande. A população tanto do pequeno Município quanto do grande está se mobilizando e dizendo “não” ao fim da Previdência Social, porque não aceita que mexam nos seus direitos.

O nosso posicionamento vai ser o mesmo. Inclusive, quando eu saí da Assembleia Legislativa, antes de ser candidato a Deputado Federal, registrei em cartório, para deixar claro meu posicionamento: não voto contra o servidor público, não voto contra o aposentado, não voto a favor de aumento de imposto que penalize



as pessoas mais pobres. É dessa maneira que estou me posicionando nas votações aqui na Câmara dos Deputados.

Sem luta, não há vitória! Por isso, quero conclamar toda a população brasileira a continuar na luta contra a reforma da Previdência. Não vamos deixar acabarem com o direito dos trabalhadores.



**CÂMARA DOS DEPUTADOS - DETAQ**  
**Número Sessão: 044.3.55.O**  
**Data: 22/03/2017**

**REDAÇÃO FINAL**  
**Tipo: Deliberativa Extraordinária - CD**  
**Montagem: 5199**

---

**O SR. PRESIDENTE** (Rodrigo Maia) - Como vota o PDT? (*Pausa.*)



**O SR. PRESIDENTE** (Rodrigo Maia) - Concedo a palavra à Deputada Alice Portugal, para uma Comunicação de Liderança, pelo PCdoB.

**A SRA. ALICE PORTUGAL** (PCdoB-BA. Como Líder. Sem revisão da oradora.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, de fato, estamos vivendo uma noite lamentável para o mundo do trabalho.

Quero dizer que nós avisamos à Nação brasileira de que esse consórcio oposicionista, de que esse megaconsórcio oposicionista formado pelos derrotados na eleição — em quatro eleições! —, aliado com o que havia de pior no capital nacional, com a mídia corporativa, levaria inexoravelmente à derrubada de direitos que levamos mais de 1 século para conquistar e que foram consolidados nos Governos aliançados de Lula e de Dilma. De maneira abrupta, de maneira misteriosa, o maestro Eduardo Cunha fez uma parte mudar de um lado para o outro.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, a alma, o cofre e o cérebro do golpe estão fora do Brasil, e estão aí a vender os interesses nacionais, as terras brasileiras. No último leilão do pré-sal não havia uma empresa brasileira. As empreiteiras, ao serem absolutamente extirpadas por ações de alguns executivos, ladearam-se às empresas estrangeiras.

Agora, vem o ataque direto e frontal aos direitos dos trabalhadores. Nesta medida de hoje não se trata de ser contra ou a favor de geração de emprego. É mentira! O que V.Exas. estão fazendo hoje é a abertura total de todos os direitos consolidados. É a quebra da espinha dorsal da CLT. É o início da derrocada da Justiça do Trabalho. É o impedimento ao direito de greve! É impedimento ao direito de greve, porque, salvo o que a lei disser, poderão ser substituídos por trabalhadores temporários aqueles que realizarem greve. E que lei de greve nós



temos? A lei que V.Exas. ditaram de maneira articulada com alguns setores do Judiciário.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, a Nação brasileira vai se levantar, não vai ficar calada. Ela está olhando, olho no olho, o movimento de cada um de nós, o movimento acelerado de V.Exas., porque têm dúvida sobre quanto tempo o Governo Temer ficará de pé. Já são oito ministros investigados. Já são quarenta e tantas citações do nome do próprio golpista.

Essa aceleração é para ajoelhar-se diante do mercado, não do mercado interessado em fazer crescer o Brasil, mas do genuflexo, do ajoelhado diante dos interesses internacionais.

Por isso, o PCdoB votou “não” com toda a sua força, porque é o trabalho que sustenta o desenvolvimento nacional. E, neste momento, V.Exas. viraram as costas para o trabalho e para o trabalhador e responderão, diante da Nação brasileira, pela atrocidade cometida nesta noite.

Muito obrigada.



**O SR. PRESIDENTE** (Rodrigo Maia) - Como vota o PT?

**O SR. VALMIR PRASCIDELLI** (PT-SP. Pela ordem. Sem revisão do orador.)

- Sr. Presidente, V.Exa., ao pautar esse projeto hoje, sem dúvida nenhuma coloca uma mancha irremovível em seu currículo. Os trabalhadores cobrarão, certamente, cada Deputado que votou favoravelmente a esse projeto de 20 anos, desengavetado nesta Casa, que retira direito dos trabalhadores.

Ao aprovarmos esse destaque — e por isto precisamos aprovar —, nós queremos evitar, inclusive, um mal maior, que é acabar com o direito de greve que os trabalhadores sagradamente têm. Por isto a bancada do PT votou contrariamente a esse projeto: porque não concorda com o fim dos direitos dos trabalhadores, com a retirada dos direitos dos trabalhadores e com o fim do direito de greve. Ao aprovarmos esse texto da forma como está, é isso, na prática, que vai acontecer.

A bancada do PT vota “não”.

**O SR. PRESIDENTE** (Rodrigo Maia) - Como vota o PSOL?

**O SR. GLAUBER BRAGA** (PSOL-RJ. Pela ordem. Sem revisão do orador.) -

O que a emenda do PDT e esse destaque querem fazer é simplesmente garantir a continuidade do direito de greve. Então, é claro que a posição da bancada do PSOL é “não”, para que o destaque seja acolhido.

Nós consideramos que a votação no dia de hoje na Câmara dos Deputados foi um enorme equívoco — a terceirização total e irrestrita de todas as atividades do mundo do trabalho. Porém, foi um indicativo também de que o Governo ilegítimo de Temer não tem voto para aprovar o desmonte da Previdência. E não tem mesmo!

O Governo ilegítimo não vai conseguir aprovar esse desmonte.

A bancada do PSOL, nesta votação, vota “não”, mas continua em obstrução.



**O SR. PRESIDENTE** (Rodrigo Maia) - Como vota a Rede? *(Pausa.)*

Como vota a Minoria?

**O SR. HENRIQUE FONTANA** (PT-RS. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, o silêncio deste Plenário, quando V.Exa. anunciou o resultado, mostra a vergonha que alguns sentiram em rasgar a CLT do nosso País.

Um dos poucos lugares onde o Governo ilegítimo de Temer tem maioria hoje é aqui dentro deste plenário. Lá na rua, na sociedade real, esse Governo é cada vez mais impopular, mais ilegítimo.

Este Congresso, com esta votação, vira as costas cada vez mais para o povo brasileiro. As eleições virão, e este Governo e estas votações antitrabalho, antinacionais e protetoras da corrupção terão resposta nas urnas!

**O SR. PRESIDENTE** (Rodrigo Maia) - Como vota a Rede?

**O SR. ALIEL MACHADO** (Rede-PR. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, nestes poucos minutos após a aprovação da matéria, milhares e milhares de pessoas estão questionando e debatendo sobre o assunto no Brasil inteiro.

Amanhã, em todos os ônibus que carregam os trabalhadores para suas fábricas, nas filas nas portas de fábrica, nas instituições e nas universidades, as pessoas estarão debatendo este assunto e este grave golpe dado na população brasileira e nos trabalhadores.

As pessoas estão cientes. A Internet dá oportunidade para o debate. O Ministério do Trabalho, que é a instituição que defende o trabalhador, já se posicionou contrariamente, e as nossas digitais ficaram cravadas no direito do trabalhador. Isso será denunciado.

Mas fica o alento: temos outras propostas contra o povo às quais seremos contrários.



**CÂMARA DOS DEPUTADOS - DETAQ**  
**Número Sessão: 044.3.55.O**  
**Data: 22/03/2017**

**REDAÇÃO FINAL**  
**Tipo: Deliberativa Extraordinária - CD**  
**Montagem: 5199**

---

**O SR. PRESIDENTE** (Rodrigo Maia) - Em votação o destaque.



**O SR. PRESIDENTE** (Rodrigo Maia) - Aqueles que forem a favor da manutenção do texto permaneçam como se acham. (*Pausa.*)

MANTIDO.



O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Sobre a mesa requerimento com o seguinte teor:

*Sr. Presidente:*

*Requeremos, nos termos do art. 161, inciso I e § 2º, do Regimento Interno, destaque do art. 4º da Lei 6.019/74, com a redação dada pelo art. 1º do Substitutivo do Senado, para substituí-lo pelo art. 4º da Lei 6.019/74, com a redação dada pelo texto aprovado na Câmara ao PL 4.302/98.*

*Sala das Sessões, 22/03/17*



**O SR. PRESIDENTE** (Rodrigo Maia) - Para falar a favor, concedo a palavra ao Deputado Ságuas Moraes. *(Pausa.)*

Com a palavra o Deputado Bohn Gass. *(Pausa.)*

Deputado Bohn Gass, depois que o Deputado Fabio Garcia falar, V.Exa. fala.

Tem a palavra o Deputado Fabio Garcia.

**O SR. FABIO GARCIA** (PSB-MT. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, eu estava em uma reunião no Planalto, mas quero deixar claro e registrado o meu posicionamento junto com o meu partido, o PSB, a favor do mérito do projeto de terceirização, pela importância do emprego no nosso País, para que possamos retomar o emprego no Brasil, que tem 14 milhões de desempregados hoje. Quero deixar claro meu posicionamento.

Obrigado, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Rodrigo Maia) - Com a palavra o Deputado Bohn Gass, por 3 minutos.

**O SR. BOHN GASS** (PT-RS. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, hoje à tarde eu ouvi várias vezes as pessoas falarem mentiras e pedi à assessoria que me trouxesse o gráfico sobre quem gerou desemprego. Dizem que o Governo do PT gerou desemprego, e eu trouxe um gráfico aqui, para V.Exas. olharem.

Lá em 1995, quando os tucanos, Fernando Henrique Cardoso começou o Governo, o desemprego foi crescendo, crescendo, e passamos dos 12 milhões de desempregados.

Quando Lula, do PT, assumiu e pediu que este projeto cruel não fosse votado, o desemprego começou a cair. O desemprego caiu no primeiro Governo,



caiu no segundo Governo, quando havia políticas públicas, e caiu no Governo da Presidenta Dilma.

Sabem quando o desemprego voltou a crescer? Quando Aécio Neves perdeu a eleição e disse que iria obstruir, impedir que este Governo pudesse estabelecer políticas públicas, e quando Cunha, do PMDB, trouxe as pautas-bombas.

Então, o desemprego era dos tucanos e era do PMDB, e o desemprego se chama golpe! Só há desemprego pelo golpe neste País.

Em segundo lugar, o que nós estamos votando é o contrato temporário; é o tal do contrato chamado gato. Nós vamos regularizar o gato, pessoal! Hoje, na agricultura, para um contrato temporário, tem-se que contratar diretamente o trabalhador, tem-se que pagá-lo. É isso o que acontece.

Hoje, vai-se formar uma empresa, e ela contrata, destrata, contrata, destrata, contra tudo o que diz a OIT sobre a qualidade do trabalho e sobre o respeito ao trabalhador. O que acontece? Vão pagar menos; vão precarizar o trabalho.

Nós queríamos, e a votação aqui na Câmara foi a de não incluir o rural; ficou só o urbano. E o Senado incluiu o rural. O destaque que nós estamos fazendo aqui é para retirar o rural, fazer a votação que já fizemos aqui para não precarizar esse serviço, não haver os gatos, em que se paga mal o trabalhador, flexibilizando e precarizando o trabalho.

Em terceiro, apresentamos uma emenda aqui para impedir que a empresa faça uma empresa de mão de obra, e ela contrate a sua própria empresa de mão de obra. Querem algo mais fajuto na relação de trabalho?



Então, nós queremos que esses dois temas sejam repostos. A votação, portanto, é para repor o que os Deputados já votaram contra a crueldade que o Senado impôs.

**O SR. PRESIDENTE** (Rodrigo Maia) - Orientação de bancada.

Como vota o Bloco do PP? *(Pausa.)*

Como vota o PMDB? *(Pausa.)*

Como vota o PT? *(Pausa.)*

**O SR. DARCÍSIO PERONDI** (PMDB-RS. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - A Liderança encaminha à base o voto "sim", a todos.

**O SR. PRESIDENTE** (Rodrigo Maia) - A base vota "sim".

Como vota o PT? *(Pausa.)*

**O SR. ENIO VERRI** - A Minoria, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Rodrigo Maia) - Como vota a Minoria?

**O SR. ENIO VERRI** (PT-PR. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, hoje é um dia muito triste na história do Brasil. Mais uma vez o golpe cobra a sua conta, e os trabalhadores brasileiros perdem os seus direitos.

Essa emenda apresentada pelo Deputado Bohn Gass não resolve o problema de maneira nenhuma, mas minimiza o grande impacto negativo, que foi aprovado, sobre a vida dos brasileiros, em especial sobre a dos mais pobres.

Esse projeto condena os mais pobres à eterna miséria, sem direito nenhum. Então, pelo menos esperamos que quem está no campo não seja submetido a essa injustiça que foi aprovada hoje.

O nosso voto é "não".

**O SR. PRESIDENTE** (Rodrigo Maia) - Como vota o PDT? *(Pausa.)*



**O SR. CAETANO** - Sr. Presidente, o PT.

**O SR. PRESIDENTE** (Rodrigo Maia) - Como vota o PCdoB?

**A SRA. JÔ MORAES** (PCdoB-MG. Pela ordem. Sem revisão da oradora.) - Sr. Presidente, queria aqui lembrar que, nesta noite, nós estamos ampliando as dificuldades que 12 milhões de desempregados têm para garantir o mínimo de estabilidade às suas famílias. Nós sabemos perfeitamente que, ao permitir a ampliação do trabalho temporário, estamos tirando dos trabalhadores o acesso ao aviso prévio e ao direito da multa do FGTS, reduzindo ainda mais aquilo que já era precário para os trabalhadores.

Por isso, nesta noite, o PCdoB insiste: vamos ter o mínimo de consciência de que estamos traindo os pais de família que dependem das principais situações para sobreviverem.

O PCdoB vota “não”.

**O SR. PRESIDENTE** (Rodrigo Maia) - Como vota o PT?

**O SR. CAETANO** (PT-BA. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, é uma vergonha — a palavra certa é “vergonha” — o que aconteceu aqui hoje, nesta noite. Foi uma facada no coração dos trabalhadores brasileiros, um tiro no coração dos trabalhadores brasileiros.

Agora nós estamos buscando amenizar essa facada, essa porrada nos trabalhadores, para poder dizer “não”. Nós dizemos “não” à precarização da mão de obra no campo. Cada vez mais querem prejudicar os trabalhadores do campo e da cidade. Já querem tirar a aposentadoria dos trabalhadores rurais, da população do campo, e agora também podem terceirizar a mão de obra no campo brasileiro. Isso é um absurdo!



Nós do PT dizemos “não” a esse absurdo, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Rodrigo Maia) - Como vota o PSOL?

**O SR. GLAUBER BRAGA** (PSOL-RJ. Pela ordem. Sem revisão do orador.) -

O que querem fazer é retirar qualquer tipo de garantia do trabalhador do campo brasileiro, daquele que, na zona rural, sustenta as cidades com a alimentação, a partir do suor do seu trabalho.

Como bem disse aqui o Deputado Caetano, já estão fazendo isso nas aposentadorias. Só quem trabalha na enxada sabe do peso e da luta que é sustentar a sua família no campo brasileiro.

Agora, além de quererem tirar a aposentadoria do trabalhador do campo, querem precarizar ainda mais essa relação de trabalho no campo, priorizando empresas de trabalho temporário.

Exatamente por esse motivo, o PSOL defende a posição “não” na orientação, mas vamos continuar em obstrução.

**O SR. PRESIDENTE** (Rodrigo Maia) - Como vota o PMB? *(Pausa.)*

Como vota a Rede? *(Pausa.)*

Em votação...

**O SR. SUBTENENTE GONZAGA** - O PDT, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Rodrigo Maia) - Como vota o PDT?

**O SR. SUBTENENTE GONZAGA** (PDT-MG. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, um dos grandes desafios do Estado brasileiro é criar, estabelecer, fortalecer as políticas de valorização do trabalhador rural, políticas que incentivem a fixação do trabalhador rural no campo, políticas que desmotivem o êxito rural.



Por isso, o PDT, que se posicionou radicalmente contra esse projeto da terceirização na sua totalidade, obviamente vota contrário a este destaque, na medida em que precariza ainda mais a condição do trabalhador rural.

Portanto, o PDT, que se posiciona contra a reforma da Previdência para o trabalhador rural, obviamente valorizando e respeitando o trabalhador rural, vota “não”, Sr. Presidente.



**CÂMARA DOS DEPUTADOS - DETAQ**

**Número Sessão: 044.3.55.O**

**Data: 22/03/2017**

**REDAÇÃO FINAL**

**Tipo: Deliberativa Extraordinária - CD**

**Montagem: 5199**

---

**O SR. PRESIDENTE** (Rodrigo Maia) - Em votação.



**O SR. PRESIDENTE** (Rodrigo Maia) - Aqueles que forem pela manutenção do texto permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

MANTIDO.



**O SR. PRESIDENTE** (Rodrigo Maia) - Requerimento:

*Requeremos, nos termos do art. 161, inciso I e § 2º, do Regimento Interno, destaque do art. 10 da Lei 6.019/74, com a redação dada pelo art. 1º do Substitutivo do Senado, para substituí-lo pelo art. 10 da Lei 6.019/74, com a redação dada pela Câmara ao PL 4.302/98.*

*Sala das Sessões, 22/03/17.*

*Ságuas Moraes*



**O SR. PRESIDENTE** (Rodrigo Maia) - Concedo a palavra à Deputada Maria do Rosário.

**A SRA. MARIA DO ROSÁRIO** (PT-RS. Sem revisão da oradora.) - Sr. Presidente, Sras. Deputadas e Srs. Deputados, hoje um crime é perpetrado neste plenário contra os trabalhadores e as trabalhadoras.

Nós somos contrários ao conjunto deste projeto de terceirização. Não é nada bom, nada bom. Fazemos os destaques, no entanto, para tentar diminuir o sofrimento de um povo que, a partir de amanhã, não terá mais direitos trabalhistas assegurados. Aqueles que forem contratados como PJ, como pessoa jurídica, não terão mais 13º, férias, descanso remunerado; não terão mais direitos. Os terceirizados, em geral, entre os mais pobres, estarão à margem de qualquer direito também.

Esta medida que aqui enfrentamos e pedimos que votem “não” a ela é sobre trabalho temporário. Três temas estão aqui tirando direitos dos trabalhadores.

O primeiro impede a possibilidade de reconhecimento do vínculo empregatício entre o trabalhador e a tomadora do serviço. Isso significa menos direitos.

O segundo amplia o tempo do trabalho temporário, como trabalho precário, dos atuais 3 meses para 6 meses, prorrogável por mais 3 meses. Mas há uma inovação. Uma pessoa pode trabalhar 2 meses, ser dispensada e ser chamada novamente, em 3 meses, 4 meses, para concluir o seu contrato. O trabalhador e a trabalhadora não saberão mais qual é o tempo de duração do seu contrato de trabalho.

O terceiro é o mais grave de todos. Em geral, a empresa contratante do trabalhador temporário é a mais frágil, a que subcontrata. O que ela fará? Ela será



totalmente responsável pelo trabalhador. Não haverá mais uma ação solidária da empresa tomadora do serviço, que é grande e poderosa. Então, a empresa grande e poderosa ficará à margem de responder pelos direitos trabalhistas.

Quem paga este pato é o povo, sobretudo as mulheres. Deputada Janete Capiberibe, minha querida Deputada Luiza Erundina, Deputada Benedita da Silva, minhas amigas e companheiras de luta, entre os trabalhadores terceirizados e no trabalho temporário há mais mulheres, que recebem 30% em média a menos para trabalho igual. E as mulheres negras recebem 50% a menos. Elas é que serão as mais atingidas, Sr. Presidente, por esta lei sobre terceirização e trabalho temporário.

Então, eu peço a V.Exas. que, pelo menos nesta matéria, que prejudica as mulheres, principalmente as mais pobres, votem “não”. Pelo menos nesta matéria votem “não”.

Muito obrigada.

**O SR. PRESIDENTE** (Rodrigo Maia) - Orientação.

Como votam a base, o PMDB, o PP?

**O SR. DARCÍSIO PERONDI** (PMDB-RS. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, a Liderança recomenda à base o voto “sim”.

**O SR. PRESIDENTE** (Rodrigo Maia) - A base vota “sim”.

**O SR. VICTOR MENDES** (PSD-MA. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - O PSD vota “sim”, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Rodrigo Maia) - Como vota o PT, Deputado Nelson Pellegrino?

**O SR. NELSON PELLEGRINO** (PT-BA. Pela ordem. Sem revisão do orador.)  
- O PT vota contra e quer restabelecer o texto. O PT vota “não”, porque esta



proposta é mais um ataque. Assim como no caso do trabalhado terceirizado, este texto propõe que também no caso do trabalho temporário não haja solidariedade.

Quando o tomador de serviço, quando o empregador principal deixa de adimplir o direito do trabalhador, o trabalhador tem direito de fazer reclamação contra aquele que o empregou e contra o tomador principal. E esta proposta estabelece que não vai mais ser possível fazer isso. Ele tem que fazer uma reclamação contra quem o contratou. E se quem o contratou não tiver condições, ele vai para cima de quem fez a tomada principal.

Então, na verdade, o que vai acontecer é que, quando o trabalhador for reclamar contra o tomador principal, já houve a prescrição. Portanto, esse é um grave atentado contra o direito do trabalhador.

Nós votamos “não”, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Rodrigo Maia) - Como vota o PDT?

**O SR. SUBTENENTE GONZAGA** (PDT-MG. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, o PDT, obviamente, vai manter a coerência. Essa possibilidade, a partir de acordo coletivo, de se manter *ad aeternum* uma contratação temporária é uma agressão ao direito dos trabalhadores. A palavra mais correta para este momento é “precarização”.

É um absurdo, Sr. Presidente, que, no momento em que se discute em uma Comissão Especial a reforma trabalhista e em outra a reforma previdenciária, nós atropelemos essa construção e votemos medidas como esta.

Portanto, o PDT vota “não”, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Rodrigo Maia) - Como vota o PCdoB?



**A SRA. JÔ MORAES** (PCdoB-MG. Pela ordem. Sem revisão da oradora.) - Sr. Presidente, esta medida que se tenta retirar do texto visa garantir o mínimo de recuperação e de respeito aos elementares direitos do trabalhador. O que nós estamos querendo com este destaque? Queremos garantir que a recontração temporária do mesmo empregado não se repita indefinidamente.

A contratação temporária reduz os subsídios do trabalhador, retira o aviso prévio e retira a multa do Fundo de Garantia. Se nós permitirmos que ela seja feita indefinidamente, nós vamos ter um trabalhador com menos direitos indefinidamente.

Por isso, o PCdoB vota “não”.

**O SR. PRESIDENTE** (Rodrigo Maia) - Como vota o PSOL?

**O SR. EDMILSON RODRIGUES** (PSOL-PA. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, há raio-x ali na porta. Os empregados terceirizados daqui são constrangidos, porque, em tese, eles são ladrões do patrimônio público. Toda vez que passam por aquela porta, são revistados.

Nós saímos do elevador e vemos que, depois de lavar e limpar os banheiros que nós e os servidores efetivos sujamos, os empregados terceirizados, às vezes idosos, ficam em pé, porque nem sequer têm direito a um banco comprido para descansar a coluna, a fim de impedir doenças de vários tipos.

É assim na Casa do Povo! Imaginem o que vai acontecer nas fazendas daqueles que beijam o boi, mas acham que é bom ver índios morrendo de fome ou sendo assassinados por capangas pagos por muitos que defendem esta barbárie, esta escravização!

A proposta apresentada tem o nosso “não”...

*(Desligamento automático do microfone.)*



**O SR. PRESIDENTE** (Rodrigo Maia) - Como vota a Rede?

**O SR. ALESSANDRO MOLON** (Rede-RJ. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, a Rede vota “não”, porque quer recuperar alguns trechos do texto da Câmara, que era menos ruim do que o aprovado pelo Senado.

Cito, por exemplo, o texto em relação a quem acionar na Justiça, no caso de não cumprimento das obrigações pelo empregador. O texto do Senado faz com que a responsabilidade do beneficiado pelo trabalho seja subsidiária, e não solidária. Nós preferimos a responsabilidade solidária, porque o terceirizado, se não receber de quem lhe deveria pagar, pode acionar a empresa que contratou a terceirizadora de mão de obra. Mais do que isso, o texto do Senado também permite a interrupção do contrato, deixando os trabalhadores à mercê do empregador, para trabalharem quando ele quiser.

Portanto, a Rede vota “não” para recuperar o texto da Câmara.

Nosso partido também lamenta e se envergonha do resultado da votação nesta noite, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Rodrigo Maia) - Como vota a Minoria?

**O SR. ZÉ GERALDO** (PT-PA. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, colocar remendo novo em pano velho não dá certo. Esta noite a classe trabalhadora brasileira acabou de ter mais um grande prejuízo.

É uma covardia o que o Presidente Michel Temer, orientado pelo Henrique Meirelles, está fazendo com os trabalhadores brasileiros: reforma da previdência, diminuição de gastos e, agora, terceirização. Mas é claro que o texto da Câmara, no que diz respeito ao trabalho temporário, é melhor do que o do Senado.



Por isso, nós vamos votar “não” e queremos ver, nas próximas semanas, os trabalhadores brasileiros se mobilizando neste País, para que nós possamos em breve destituir este Presidente ilegítimo do Brasil, Michel Temer.

**O SR. PRESIDENTE** (Rodrigo Maia) - Em votação...

**O SR. WELITON PRADO** - Sr. Presidente, o PMB quer encaminhar.

**O SR. PRESIDENTE** (Rodrigo Maia) - Desculpe-me, Deputado. Eu não tinha visto.

**O SR. WELITON PRADO** (PMB-MG. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - O PMB vota “não”, deixando bem claro e lamentando o posicionamento deste Plenário. É uma noite muito triste para o conjunto dos trabalhadores. A terceirização é maléfica, precariza as relações trabalhistas, aumenta a jornada de trabalho, com salários bem menores. Vai prejudicar, inclusive, milhares e milhares de estudantes que estão se preparando para prestar concurso público. E tudo isso sem falar nos acidentes de trabalho. Grande parte dos acidentes de trabalho acontecem com terceirizados, que não têm a segurança necessária. Dou como exemplo o caso dos trabalhadores da CEMIG, que denunciemos já há muito tempo.

Então, o nosso posicionamento é contrário à terceirização e contra a reforma da previdência. Nós não podemos jogar tudo nas costas do povo mais pobre do Brasil.



**CÂMARA DOS DEPUTADOS - DETAQ**  
**Número Sessão: 044.3.55.O**  
**Data: 22/03/2017**

**REDAÇÃO FINAL**  
**Tipo: Deliberativa Extraordinária - CD**  
**Montagem: 5199**

---

**O SR. PRESIDENTE** (Rodrigo Maia) - Em votação.



**O SR. PRESIDENTE** (Rodrigo Maia) - Aqueles que forem pela manutenção do texto permaneçam como se acham. *(Pausa.)*

MANTIDO.



O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Sobre a mesa requerimento com o seguinte teor:

*Senhor Presidente:*

*Requeremos, nos termos do inciso I, c/c o § 2º do art. 161 do Regimento Interno, destaque para votação em separado do art. 4º-A da Lei nº 6.019/74, constante do art. 2º do Substitutivo do Senado, para fins de manutenção do art. 3º do Substitutivo da Câmara ao PL 4.302/98.*

*Sala das Sessão, em 21 de março de 2017.*

*Deputada Alice Portugal*

*Líder do PCdoB*



**O SR. PRESIDENTE** (Rodrigo Maia) - Orientação.

Como vota o Bloco do PP? *(Pausa.)*

Como vota o PMDB? *(Pausa.)*

**O SR. VICTOR MENDES** - Sr. Presidente, o PSD quer encaminhar.

**O SR. DARCÍSIO PERONDI** (PMDB-RS. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, a base continua votando “sim”.

Eu estou estarrecido com as mentiras repetidas, dizendo que isto vai afetar direitos dos trabalhadores. Indiquem quais! Apontem! Isso não existe! Está aí o relatório. Está aí o Relator para explicar. Não houve nenhuma pergunta. Continuam mentindo e mentindo.

Este projeto vai beneficiar o trabalhador, vai acabar, exatamente, com a precarização. A terceirização é um braço fundamental que o mundo todo já usa para aumentar a produtividade. O Brasil está com a produtividade e a competitividade baixas, e os senhores da Oposição estão olhando pelo retrovisor.

O pior, o pior é a desonestidade intelectual com o trabalhador que está acompanhando pela televisão.

**O SR. PRESIDENTE** (Rodrigo Maia) - Como vota o PSD?

**O SR. VICTOR MENDES** (PSD-MA. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, antes de orientar a bancada, eu queria apenas fazer um apelo ao Presidente Michel Temer. Assim como ele tirou da proposta de reforma da previdência os policiais civis e os professores estaduais, que ele faça isso também com os trabalhadores rurais, que ele mantenha no texto os direitos desses trabalhadores como estão hoje, para que nós, Deputados, possamos votar a reforma da previdência com mais tranquilidade.



Eu faço esse apelo por reconhecer que, no meu Estado a expectativa de vida é de 70 anos, a menor da Federação. Assim, um trabalhador, ao se aposentar aos 65 anos, receberá por apenas 5 anos benefícios de aposentadoria.

Então, como o Presidente está revendo ponto a ponto a proposta, peço que ele tenha um olhar diferenciado para com essa categoria tão importante para o nosso Estado.

Apelo para o Presidente Michel Temer também, a fim de que reveja a regra de transição.

Neste caso em votação, o PSD vota "sim", Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Rodrigo Maia) - Como vota o PT? (*Pausa.*)

**O SR. NEWTON CARDOSO JR** (PMDB-MG. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - O Deputado Newton Cardoso Jr. votou com partido na última votação.

**O SR. PRESIDENTE** (Rodrigo Maia) - Como vota o PT?

**O SR. NELSON PELLEGRINO** (PT-BA. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Presidente, este é um dos principais destaques da noite, justamente o que proíbe a terceirização das atividades finalísticas de uma empresa e também proíbe a quarteirização, que é a terceirização da terceirização.

Eu sou advogado de sindicato há 30 anos e quero dizer que está provado, estatisticamente, por meio de estudos, que a terceirização precariza as relações de trabalho, gera salários menores, significa menores direitos sociais, trabalhistas e convencionais, desorganiza a relação trabalhista e fragiliza o trabalhador. Ao contrário do que se está dizendo, este projeto é danoso para os trabalhadores brasileiros, é um crime que está sendo praticado contra eles.



Portanto, faço um apelo a este Plenário, a fim de que vote a favor deste destaque, que impede a terceirização generalizada no nosso País, o que, inclusive, desorganiza a produção também.

**O SR. PRESIDENTE** (Rodrigo Maia) - Como vota o PDT?

**O SR. SUBTENENTE GONZAGA** (PDT-MG. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, mais uma vez, o PDT mantém a sua coerência e a coerência com a votação da Câmara em 2015, que rejeitou esta proposta de terceirização da atividade-fim.

Nós fazemos um apelo a este Plenário para manter a coerência com a votação de 2015 e continuar proibindo a terceirização da atividade-fim.

Temos clareza, apesar da insistência de alguns, de que esta proposta de terceirização da atividade-fim, por óbvio, precariza a condição de trabalho dos brasileiros. De repente, daqui a uns dias, será possível que alguém defenda que uma empresa de segurança comece a fazer segurança pública, terceirizando a atividade-fim da polícia também.

Portanto, o PDT, coerentemente, vota “não” neste destaque.

**O SR. ZÉ SILVA** (SD-MG. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Presidente, o Solidariedade libera a bancada.

**O SR. PRESIDENTE** (Rodrigo Maia) - Como vota o PSOL?

**A SRA. ALICE PORTUGAL** - É o PCdoB, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Rodrigo Maia) - Depois falará o PCdoB — PCdoB ou PSOL, tanto faz. De acordo com a ordem, qualquer um pode falar.

**A SRA. ALICE PORTUGAL** - Somo coirmãos, mas...

**O SR. PRESIDENTE** (Rodrigo Maia) - Nem tanto.



**A SRA. ALICE PORTUGAL** - ...não é “tanto faz”.

**O SR. CHICO ALENCAR** - A Deputada Alice Portugal tem prioridade.

**A SRA. ALICE PORTUGAL** (PCdoB-BA. Pela ordem. Sem revisão da oradora.) - Sr. Presidente, este destaque é do PCdoB e restabelece o texto da Câmara, fixando que a terceirização será em atividade diversa da atividade da empresa contratante. Nós sabemos que isso é o âmago desse processo. Está provado que a terceirização precariza o trabalho, reduz salários e aniquila direitos. Mas o pior é que o parágrafo deste artigo diz que a terceirização, na verdade, amplia-se para uma quarta empresa. É possível sublocar e subcontratar para atividade diversa, e isso quarteiriza a atividade. Ou seja, o trabalhador não saberá para quem trabalha. O trabalhador terá...

*(Desligamento automático do microfone.)*

**O SR. PRESIDENTE** (Rodrigo Maia) - Como vota o PPS?

**O SR. ARNALDO JORDY** (PPS-PA. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, o PPS vai votar “não”, portanto, a favor do destaque, que resgata exatamente a proposta que foi votada nesta Casa em 2015, e o PPS votou nessa proposta. Ela admite a terceirização, não para empresa da mesma atividade econômica. Ou seja, ela pode contratar terceiros para uma atividade econômica diversa da sua própria.

Isso foi aprovado e é absolutamente admitido, mas o que quer a proposta do texto em votação é exatamente amplificar isso, inclusive para atividades-fim.

Nós somos contrários e vamos manter a coerência com a votação que a bancada realizou na discussão de 2015, resgatando o texto. Por isso, o nosso voto é “não”.



**O SR. PRESIDENTE** (Rodrigo Maia) - Como vota o PSOL?

**O SR. CHICO ALENCAR** (PSOL-RJ. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - O PSOL chama a atenção de todos, porque este destaque do PCdoB é revelador de dois pontos dos mais cruéis do projeto já aprovado na Casa. E agora o que se vê no painel é que os destaques também não serão acolhidos por este Plenário.

Qual é o escopo desta proposta? Em primeiro lugar, evitar a terceirização ampla, geral e irrestrita. Mas o Plenário não vai acolher um destaque que limita a terceirização às empresas com atividade econômica diversa daquela da principal — ou seja, todo o mundo vai estar vulnerável à terceirização. Em segundo lugar, evitar a subcontratação, a quarteirização, que está autorizada pelo projeto.

Infelizmente, esta Casa, que não tem apreço pelo trabalhador, não vai acolher este destaque.

O nosso voto é “não”.

**O SR. PRESIDENTE** (Rodrigo Maia) - Como vota o PMB?

**O SR. WELITON PRADO** (PMB-MG. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - O PMB vota “não”.

A terceirização aniquila os direitos dos trabalhadores, aumenta a jornada de trabalho, com salários muito menores. É mais trabalho, menos direitos e salários menores. Isso nós não podemos aceitar, não podemos admitir. Somos contrários à manutenção do texto.

Recebi agora a informação de que 40 mil concurreseiros, mais ou menos, estão *on-line*, acompanhando a sessão desta Casa. A população brasileira está revoltada com a terceirização, com a reforma trabalhista — o negociado sobre o legislado —,



com a reforma da previdência, que acaba com os direitos dos trabalhadores, das mulheres, dos pequenos produtores rurais, dos servidores públicos.

O nosso posicionamento é claro. Em defesa dos servidores públicos, não votamos projeto de aumento de imposto, mantemos a coerência com o nosso posicionamento em 2015, votamos contra a terceirização, contra o fator previdenciário e contra o ajuste fiscal. Agora, estamos votando contra a terceirização. E vamos votar contra a reforma trabalhista, em defesa dos trabalhadores do Brasil.

**O SR. PRESIDENTE** (Rodrigo Maia) - Como vota a Minoria? (*Pausa.*)



**CÂMARA DOS DEPUTADOS - DETAQ**  
**Número Sessão: 044.3.55.O**  
**Data: 22/03/2017**

**REDAÇÃO FINAL**  
**Tipo: Deliberativa Extraordinária - CD**  
**Montagem: 5199**

---

**O SR. PRESIDENTE** (Rodrigo Maia) - Em votação.



**O SR. PRESIDENTE** (Rodrigo Maia) - Aqueles que forem a favor da manutenção do texto permaneçam como se acham. (*Pausa.*)

MANTIDO.



**O SR. JOÃO DERLY** (Rede-RS. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - A Rede votou “não”, Sr. Presidente.

**O SR. NELSON PELLEGRINO** (PT-BA. Pela ordem. Sem revisão do orador.)  
- Contra o voto do PT, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Rodrigo Maia) - Contra o voto do PT.



O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Sobre a mesa requerimento com o seguinte teor:

*Senhor Presidente:*

*Requeremos, nos termos do art. 161, I e § 2º, do Regimento Interno, destaque do art. 5º-A, caput, da Lei 6.019/74, com a redação dada pelo art. 2º do substitutivo do Senado, para substituí-lo pelo art. 5º, com a redação dada pela Câmara ao PL 4.302/98.*



**O SR. PRESIDENTE** (Rodrigo Maia) - Orientação de bancada.

Como vota a base?

**O SR. DARCÍSIO PERONDI** (PMDB-RS. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, a base reforça o voto "sim". Eu só vou lembrar a retrospectiva do IBGE, em uma pesquisa de emprego realizada todo mês, que diz o seguinte: "*Os serviços terceirizados representam 23% dos trabalhadores formais no Brasil*". Essa é a atividade que mais emprega no Brasil, à frente da indústria de transformação. E mais: "*A taxa de formalização nos serviços terceirizados é a mais elevada entre as atividades avaliadas pelo IBGE na pesquisa, com 72,1% dos trabalhadores tendo carteira assinada*", também à frente da indústria de transformação. Quer dizer, aqui vai aumentar mais, porque vai enfrentar a precarização.

Os senhores estão enganando o trabalhador. Nós estamos diminuindo a precarização, reforçando a terceirização e aumentando poderosamente o desemprego no Brasil.

**O SR. PRESIDENTE** (Rodrigo Maia) - Como vota o PT?

**O SR. NELSON PELLEGRINO** - Sr. Presidente, estatística pode-se manipular.

**O SR. PRESIDENTE** (Rodrigo Maia) - Eu vou só avisar ao Plenário que eu não votarei a renovação da CPI da Funai hoje. Vou votá-la amanhã, às 11 horas da manhã. Se alguém estiver no plenário por esse motivo, informo que não há necessidade.

Deputado Nelson Pellegrino, V.Exa. tem a palavra.



**O SR. NELSON PELLEGRINO** (PT-BA. Pela ordem. Sem revisão do orador.)

- Sr. Presidente, estatística pode ser manipulada. O Deputado...

**O SR. DARCÍSIO PERONDI** - A estatística é do IBGE, do teu Governo também. Respeite os técnicos!

**O SR. PRESIDENTE** (Rodrigo Maia) - Concedo a palavra ao Deputado Nelson Pellegrino.

**O SR. NELSON PELLEGRINO** - O Deputado Darcísio Perondi vai respeitar a fala dos outros? V.Exa. está um pouco exaltado, o que é natural. Quem não tem argumento quer usar da força.

Os dados estatísticos podem ser manipulados. Mas como é que se interpretam esses dados? O Deputado acabou de confessar que a atividade que tem a maior formalização é a atividade-fim, e esta emenda quer justamente evitar que a atividade-fim seja objeto de terceirização e de precarização.

Por isso, esta emenda quer restabelecer o texto original, para dizer que a atividade-fim não pode ser terceirizada. Ela é a essência da empresa. Neste País, essa é a construção jurisprudencial de proteção dos trabalhadores. Esta emenda quer restabelecer o texto original para proibir a terceirização da atividade-fim.

**O SR. SARAIVA FELIPE** (PMDB-MG. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, o Deputado Saraiva Felipe votou com o partido.

**O SR. PRESIDENTE** (Rodrigo Maia) - Como vota o PDT?

**O SR. SUBTENENTE GONZAGA** (PDT-MG. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, o PDT mantém sua coerência. O destaque anterior tinha o mesmo mérito de proibir a terceirização de atividade-fim.

Portanto, coerentemente com o seu posicionamento, o PDT vota “não”.



**O SR. PRESIDENTE** (Rodrigo Maia) - Como vota o PCdoB?

**A SRA. ALICE PORTUGAL** (PCdoB-BA. Pela ordem. Sem revisão da oradora.) - O PCdoB vota “não”, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Rodrigo Maia) - Como vota a Rede?

**O SR. ALESSANDRO MOLON** (Rede-RJ. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, eu fico perplexo com o fato de o representante do PMDB vir ao microfone dizer que nós estamos enganando as pessoas ao dizer que a terceirização é ruim para elas. Eu fico imaginando qual será o trabalhador que vai pedir ao seu patrão o seguinte: *“Por favor, demita-me e contrate-me por outra empresa, para eu ganhar menos”*. Eu fico imaginando se quem disse isso acha que alguém acredita nisso, acha que as pessoas que estão nas terceirizadas preferem estar nas terceirizadas a estar contratadas diretamente pela empresa e ganhar mais.

O povo brasileiro não é idiota! O povo brasileiro está acordando e vai cobrar a conta de quem votou a favor desse projeto.

Coerente com o seu posicionamento, a Rede vota “não”, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Rodrigo Maia) - Como vota o PSOL?

**O SR. CHICO ALENCAR** (PSOL-RJ. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - O PSOL e outros partidos aqui têm insistido em que o mais grave problema desse projeto da terceirização, que é um fato que atinge mais de 10 milhões de trabalhadores brasileiros, é que ela, relação precária de trabalho, muitas vezes de superexploração e de insegurança para o próprio trabalhador, torna-se com esse projeto uma sedução ampla, geral e irrestrita para todas as empresas.

E aqui nesse destaque isso fica também muito claro, quando se afirma que só se pode contratar a terceirizada com atividade diversa daquela da firma principal,



estabelece-se um mínimo de segurança para os trabalhadores da atividade principal. Revogar isso, como o projeto faz, é abrir a possibilidade de terceirizar todo mundo.

**O SR. PRESIDENTE** (Rodrigo Maia) - Como vota o PSOL, Deputado Chico Alencar?

**O SR. CHICO ALENCAR** - Vota “não”.

**O SR. PRESIDENTE** (Rodrigo Maia) - Como vota o PMB?

**O SR. WELITON PRADO** (PMB-MG. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - O PMB vota “não”. Nosso posicionamento é objetivo. Estamos acompanhando inclusive pelo WhatsApp o conjunto da população brasileira, os concurseiros, os estudantes, a população revoltadíssima. Com certeza, com a terceirização, serão menos direitos, mais trabalho, e salários menores.

Inclusive, hoje de manhã eu conversava com alguns auditores do trabalho. Eles diziam que, no contato que eles têm nos processos, quando é contra uma empresa terceirizada, não há como pagar, porque a empresa registra praticamente sem nenhum bem, e, na hora de pagar os trabalhadores, ela quebra, decreta falência, e os trabalhadores ficam sem receber, isso sem contar com os acidentes de trabalho. Então, não há dúvida nenhuma: a terceirização é maléfica, e o nosso posicionamento é totalmente contrário.



**CÂMARA DOS DEPUTADOS - DETAQ**  
**Número Sessão: 044.3.55.O**  
**Data: 22/03/2017**

**REDAÇÃO FINAL**  
**Tipo: Deliberativa Extraordinária - CD**  
**Montagem: 5199**

---

**O SR. PRESIDENTE** (Rodrigo Maia) - Em votação.



**O SR. PRESIDENTE** (Rodrigo Maia) - Aqueles que forem pela manutenção do texto permaneçam como se acham. *(Pausa.)*

MANTIDO O TEXTO.



**O SR. NELSON PELLEGRINO** (PT-BA. Pela ordem. Sem revisão do orador.)

- Contra o voto do PT, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Rodrigo Maia) - Contra os votos do PT, do PCdoB, do PSOL, da Rede.



O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Sobre a mesa requerimento com o seguinte teor:

*Requeiro, nos termos do art. 161, inciso I, e § 2º, do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, destaque para votação em separado do §5º do art. 5º-A da Lei nº. 6.019/74, com a redação dada pelo art. 2º do substitutivo do Senado ao PL 4.302/98, para restabelecer, em substituição, o art. 10 do substitutivo da Câmara.*



**O SR. PRESIDENTE** (Rodrigo Maia) - Para falar a favor da matéria, concedo a palavra ao Deputado Glauber Braga.

**O SR. PAUDERNEY AVELINO** (DEM-AM. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, peço 1 minuto, por favor, apenas para deixar registrado que, no ano de 2014, o Governo da Presidente cassada do PT, Dilma Rousseff, encaminhou para esta Casa a Medida Provisória nº 664, que terceirizava a perícia médica. Portanto, atividade-fim, no Governo do PT, foi terceirizada. Tem que parar com esse discurso hipócrita que eles fazem hoje.

**O SR. PRESIDENTE** (Rodrigo Maia) - Concedo a palavra ao Deputado Glauber Braga.

**O SR. GLAUBER BRAGA** (PSOL-RJ. Sem revisão do orador.) - Deputados, Deputadas, esse destaque é o que trata da solidariedade. V.Exas. imaginem um funcionário, um trabalhador de um banco, que teve os seus direitos trabalhistas desrespeitados, e aí vai cobrar do banqueiro, que são as grandes fortunas nacionais, para que ele possa ter acesso aos seus direitos trabalhistas. Pelo texto que está sendo aprovado, quem vai ter que pagar essa conta é a empresa terceirizada.

Então, a responsabilidade pela garantia daqueles que são os passivos trabalhistas da empresa empregadora hoje não está solidária. Essa responsabilidade hoje, primeiramente, por esta legislação montada, é exatamente, repito, da empresa terceirizada. Isso é justo? Claro que não é justo. No mínimo, existe a necessidade de solidariedade entre essas duas empresas.

Eu quero repetir aqui um exemplo. Quer dizer que o dono de um grande banco nacional não vai ter mais que responder à Justiça do Trabalho quando o



direito de um trabalhador for cobrado? Quem vai ter que responder por isso é a empresa terceirizada?

Sras. e Srs. Deputados, isso não é razoável. Isso é mais do que a retirada de direitos. Mesmo no caso daqueles Parlamentares que têm uma visão de mundo do ponto de vista econômico neoliberal, que aprovam a terceirização total e irrestrita, neste caso, eu imagino que, com o mínimo de justiça, diriam que essa responsabilidade tem que ser solidária. É isso o que nós estamos pedindo. Esse é o destaque do PSOL.

A bancada do PSOL gostaria muito de ter a oportunidade de pedir verificação dessa matéria. Nós achamos, inclusive, pelo placar apertado que teve aqui a última votação, que provavelmente venceríamos nessa votação. Infelizmente nós não temos número ainda de Parlamentares para fazer pedido de verificação. Mas já ficou demonstrado, pela votação que aqui aconteceu, que o Governo ilegítimo de Temer não tem número para aprovar o desmonte da Previdência Social. E por isso eles mudaram de tática: estão colocando em primeiro lugar outras reformas, outros desmontes, porque sabem que vão perder na Previdência Social.

E podem ter certeza de que essa mobilização, por todo o Brasil, só vai aumentar depois da votação de hoje.

**O SR. PRESIDENTE** (Rodrigo Maia) - Orientação.

Como vota o Bloco do PP? (*Pausa.*)

Como vota o PMDB?

**O SR. DARCÍSIO PERONDI** (PMDB-RS. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, a base encaminha “sim”, nesta noite maravilhosa para todos os brasileiros.



**O SR. PRESIDENTE** (Rodrigo Maia) - "Sim." (*Pausa.*)

Como vota o PT?

**O SR. NELSON PELLEGRINO** (PT-BA. Pela ordem. Sem revisão do orador.)

- Sr. Presidente, o PT não pode jamais aceitar essa maldade contra os trabalhadores brasileiros.

Hoje, quando o trabalhador não tem o seu direito garantido pela empresa, pode reclamar ao mesmo tempo contra o tomador do seu serviço e o tomador principal, que é a empresa que terceiriza. Então, ele tem a possibilidade de fazer essa dupla reclamação. Eu digo isso com a experiência de advogado.

Na maioria das vezes, quem responde pelo crédito trabalhista é o tomador principal. Isso é uma maldade que não tem mais tamanho, é impedir que o trabalhador vá atrás dos seus direitos. Ele vai atrás do tomador principal, que às vezes é um laranja, não tem patrimônio, não tem condições financeiras de pagar os direitos. E depois que ficar comprovado que não tem, ele pode ir atrás do tomador principal. Aí já está prescrito o crédito dele, e não pode mais reclamar. Ou então ele vai ter que esperar 5 anos para fazer isso. Essa é uma maldade que não tem mais tamanho.

Portanto, nós somos favoráveis à responsabilidade solidária.

Sr. Presidente, o PT vota "não".

**O SR. PRESIDENTE** (Rodrigo Maia) - Como vota o PDT?

**O SR. SUBTENENTE GONZAGA** (PDT-MG. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, este é o momento de os defensores desse projeto da terceirização serem coerentes. Nós ouvimos o tempo todo que esse é um projeto que valoriza o trabalhador. Ora, estão defendendo a terceirização para reduzir os



custos da empresa. Então, o trabalhador já fica prejudicado na entrada. E quando ele sai, também fica prejudicado porque a empresa não tem responsabilidade, é apenas subsidiária.

Portanto, era o momento de os defensores desse projeto da terceirização no mínimo serem coerentes com o discurso e garantirem a responsabilidade solidária em relação aos terceirizados. Era o mínimo que os defensores da terceirização tinham que ser neste momento: coerentes com o discurso, garantindo a responsabilidade solidária e não a subsidiária.

O PDT vota “não”, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Rodrigo Maia) - Como vota a Rede?

**O SR. ALESSANDRO MOLON** (Rede-RJ. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, eu fico me perguntando se os colegas que vêm para o microfone dizer que o projeto é uma maravilha para o trabalhador vão chegar em casa e vão recomendar aos parentes que peçam demissão e que peçam para ser contratados por uma terceirizada. Eu fico imaginando um colega chegando em casa e dizendo para o filho ou para a filha: *“Olha, meu filho, eu tenho uma ótima notícia: você peça demissão e peça para ser contratado através de uma terceirizada, porque isso é uma grande notícia para você.”* Eu fico me perguntando como alguém tem coragem de dizer isso, Sr. Presidente.

Nós vamos continuar coerentes com a nossa posição contra a terceirização.

Quando quem está nos ouvindo hoje sofrer os efeitos desta votação, vai se lembrar de quem votou a favor, porque esta votação retira direitos de trabalhadores, que não vão ter férias remuneradas, licença maternidade, nem 13º. Vão ter que virar pessoas jurídicas para perder direitos trabalhistas.



A Rede vota “não”, Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Rodrigo Maia) - Como vota o PCdoB?

**A SRA. ALICE PORTUGAL** (PCdoB-BA. Pela ordem. Sem revisão da oradora.) - Sr. Presidente, o PCdoB, com muita consciência, vota nesse destaque, nessa emenda do PSOL, porque a intenção é recuperar a responsabilidade solidária.

A responsabilidade subsidiária faz com que a empresa-mãe não tenha responsabilidade qualquer, com uma falta de cumprimento contratual com o trabalhador.

Sr. Presidente, já acompanhei vários casos dessa natureza com terceirizados na universidade. Quando íamos procurar a empresa terceirizada, encontrávamos apenas um terreno baldio. Sumiam com os direitos dos trabalhadores. Depois, o que eles ganhavam era no máximo ser contratados pela nova empresa terceirizadora, que era incorporada.

A responsabilidade solidária é uma necessidade para haver minimamente o cumprimento contratual com os terceirizados.

Por isso, nós votamos “não” ao texto.

**O SR. PRESIDENTE** (Rodrigo Maia) - Como vota o PSOL?

**O SR. EDMILSON RODRIGUES** (PSOL-PA. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, ainda ontem, portanto há pouco mais de 24 horas, um defensor desse projeto da terceirização afirmou que eu não estava correto em dizer que ele gerava prejuízo, a exemplo da Câmara e de outras empresas que contratam empresas terceirizadas e, se houver problema ou falência da terceirizada, se responsabilizam pelos direitos dos trabalhadores.



O que nós estamos apresentando agora é a responsabilidade compartilhada, solidária, exatamente para que a empresa contratante se responsabilize pelos direitos dos trabalhadores, caso a empresa terceirizada não cumpra com eles.

Mas, pelo que eu vejo aqui, vai ser aprovado o “sim”, ou seja, a manutenção desse golpe contra os direitos dos trabalhadores.

**O SR. PRESIDENTE** (Rodrigo Maia) - Como vota o PMB?

**O SR. WELITON PRADO** (PMB-MG. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, o PMB vota “não”.

Não temos dúvida nenhuma de que este projeto é uma facada no peito do conjunto dos trabalhadores, porque, se vai aumentar a carga horária de trabalho, vai diminuir o número de empregos. Além disso, vai oferecer salários menores e gerar precarização do trabalho.

É um projeto maléfico para o conjunto dos trabalhadores, porque vai aniquilar os direitos dos trabalhadores. Este projeto, juntamente com a reforma da Previdência e a reforma trabalhista, infelizmente, os trabalhadores não podem aceitar. Tem que continuar havendo mobilização de todos os sindicatos e entidades representativas dos trabalhadores.

Se houver terceirização, podem ter certeza absoluta de que, nos próximos anos, nós vamos ter que voltar a esta Casa para rever o nosso posicionamento, como outros países já estão fazendo.

O posicionamento do PMB é “não”. “Não” à terceirização, “não” à reforma da Previdência!

**O SR. NELSON PELLEGRINO** (PT-BA. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - A Minoria vota “não”, Sr. Presidente.



**CÂMARA DOS DEPUTADOS - DETAQ**  
**Número Sessão: 044.3.55.O**  
**Data: 22/03/2017**

**REDAÇÃO FINAL**  
**Tipo: Deliberativa Extraordinária - CD**  
**Montagem: 5199**

---

**O SR. PRESIDENTE** (Rodrigo Maia) - Em votação.



**O SR. PRESIDENTE** (Rodrigo Maia) - Aqueles que forem a favor da manutenção do texto permaneçam como se acham. (*Pausa.*)

MANTIDO O TEXTO.



**O SR. NELSON PELLEGRINO** (PT-BA. Pela ordem. Sem revisão do orador.)

- Contra o voto do PT.

**O SR. PRESIDENTE** (Rodrigo Maia) - Mantido, com voto contra do PT, PCdoB, PMB, Rede e PSOL.



**O SR. PRESIDENTE** (Rodrigo Maia) - Nos termos do § 6º do art. 189 do Regimento Interno, esta Presidência deixa de submeter a votos o § 2º do art. 19-A, do Substitutivo do Senado ao Projeto de Lei nº 4.302, de 1998, por ter recebido parecer pela inconstitucionalidade da Comissão de Constituição e Justiça e Cidadania.



**O SR. PRESIDENTE** (Rodrigo Maia) - Há sobre a mesa e vou submeter a  
votos a seguinte

**REDAÇÃO FINAL:**



**O SR. PRESIDENTE** (Rodrigo Maia) - Aqueles que forem pela aprovação permaneçam como se acham. *(Pausa.)*

APROVADA.

A matéria vai à sanção. *(Manifestação nas galerias.) (Palmas.)*



**O SR. DARCÍSIO PERONDI** - Viva o Brasil!

**O SR. CARLOS MARUN** - Sr. Presidente, votei agora.

**A SRA. BENEDITA DA SILVA** - Viva o atraso!

**A SRA. ALICE PORTUGAL** - Fora, Temer!

**O SR. PRESIDENTE** (Rodrigo Maia) - Está encerrada a Ordem do Dia.

**O SR. CARLOS MARUN** (PMDB-MS. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, o Deputado Carlos Marun quer registrar, por favor, que votou as nominais todas com o partido. Por favor, registre.

**O SR. AGUINALDO RIBEIRO** - Sr. Presidente, só para fazer um agradecimento.

**A SRA. JANDIRA FEGHALI** - Que lamentável! Que República feia! Que lamentável!

**A SRA. JÔ MORAES** - Os trabalhadores do Brasil vão dormir inquietos hoje, pois perderam a metade de seus salários e a metade de sua estabilidade no trabalho.

**O SR. PRESIDENTE** (Rodrigo Maia) - Antes de encerrar, informo que haverá votação nominal amanhã de manhã, até 12h30min, para que ninguém depois reclame dos efeitos administrativos.

**O SR. AGUINALDO RIBEIRO** (Bloco/PP-PB. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, só quero fazer um agradecimento a todos os Líderes da base e a todos os Parlamentares que ficaram até esta hora e parabenizá-los, porque temos a convicção de que avançamos para gerar mais empregos no País, empregos de qualidade, modernizando a nossa legislação e caminhando rumo ao futuro.

*O Sr. Rodrigo Maia, Presidente, deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. Carlos Manato, 4º Suplente de Secretário.*



**O SR. LAERCIO OLIVEIRA** - Sr. Presidente, peço a palavra como Relator do projeto.

**O SR. PRESIDENTE** (Carlos Manato) - A Mesa dará 1 minuto aos Deputados que quiserem fazer uso da palavra.

Com a palavra o Sr. Deputado Laercio Oliveira.

**O SR. LAERCIO OLIVEIRA** (SD-SE. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, tenho muito a agradecer. Primeiro, porque o Brasil dá um passo importante, porque é uma demonstração que o Governo Temer dá de que o Brasil definitivamente começa a avançar, começa a viver novos ares.

Quero agradecer a todos os Deputados e a todas as Deputadas que participaram dos trabalhos de hoje e cumprimentar especialmente toda a equipe da Mesa que me ajudou. Tive a honra de ser o Relator desta matéria e a equipe da Mesa sempre esteve disponível para me ajudar o tempo todo. Agradeço a todos.

Sr. Presidente, peço um pouco mais de tempo, para registrar o nomes de pessoas que tiveram uma importância enorme na construção do processo de terceirização no Brasil, que acreditavam ser possível modernizar as relações de trabalho do Brasil através de uma modalidade de contratação importante.

O meu agradecimento sincero à Dra. Celita Sousa, que escreveu vários livros sobre terceirização; ao ex-Deputado Roberto Santiago, que trabalhou muito para que este momento acontecesse; ao Dr. Ermínio Lima Neto, aqui presente, um estudioso da terceirização no Brasil, que me ajudou bastante; ao importante empresário Aldo de Ávila Júnior, que dedicou sua vida à terceirização; ao ex-Deputado Sandro Mabel, que trabalhou pela terceirização esse tempo todo.



Finalmente, quero homenagear Marcelinho, filho de um colega nosso, o Deputado Marcelo Aro. Marcelinho nasceu ontem, mas o Deputado Marcelo Aro, com o compromisso que tem com o Brasil, veio participar da votação e voltou.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Carlos Manato) - Tem a palavra o Deputado Hildo Rocha, por 1 minuto. *(Pausa.)*

Pela Liderança do PMDB, Deputado? *(Pausa.)*

Algum Deputado quer falar por 1 minuto antes de o Deputado Hildo Rocha usar da palavra por 9 minutos? *(Pausa.)*

Tem a palavra o Deputado Pompeo de Mattos.

**O SR. POMPEO DE MATTOS** (PDT-RS. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, quero dizer que hoje nós debatemos na Comissão Especial da Reforma da Previdência sobre os rurais. Quero deixar bem claro o que tenho dito lá: é um absurdo tirar dos trabalhadores rurais, da mulher rural, o direito à aposentadoria. Querem tratar homem e mulher do mesmo jeito.

Sr. Presidente, para plantar, temos que fazer um contrato com a natureza, pedir o aval de São Pedro: torcer que chova para preparar a terra, que pare de chover para plantar, que chova para nascer, que pare de chover para crescer, que chova para florescer, que pare de chover para colher. E que depois tenha preço para vender e que o Governo não atrapalhe e deixe tudo acontecer. O Governo não atrapalha no produzir, mas atrapalha no aposentar.

Então, Sr. Presidente, não com o meu voto, não com o meu apoio! Em defesa do agricultor e da agricultora é como o PDT vai votar.



---

**O SR. PRESIDENTE** (Carlos Manato) - Com a palavra o Deputado Zeca Dirceu, por 1 minuto.

**O SR. ZECA DIRCEU** (PT-PR. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Obrigado, Sr. Presidente.

Quero manifestar minha insatisfação. É lamentável a votação que tivemos aqui hoje. Com certeza foram rasgadas todas as leis trabalhistas nesta noite. Nós vamos nos deparar sim, muito brevemente, em pouco tempo, com um conjunto muito grande de trabalhadoras e trabalhadores brasileiros, senão todos, sem nenhum direito, sem férias, sem 13º salário, sem as licenças que hoje estão asseguradas pelas leis trabalhistas. Esta terceirização é absurda, é equivocada e é desumana.

Saio esta noite derrotado, mas com a minha consciência tranquila. Num futuro muito breve, vão cobrar daqueles que aqui hoje votaram a favor da terceirização.

Muito obrigado, Sr. Presidente.



**O SR. PRESIDENTE** (Carlos Manato) - Concedo a palavra ao Sr. Deputado Hildo Rocha, para uma Comunicação de Liderança, pelo PMDB.

V.Exa. tem 9 minutos na tribuna.

**O SR. HILDO ROCHA** (PMDB-MA. Como Líder. Sem revisão do orador.) - Obrigado, Deputado Carlos Manato, que preside esta sessão.

Sras. e Srs. Deputados, nesta noite a Câmara, ao votar o Projeto de Lei nº 4.302, de 1998, preenche uma grande lacuna na nossa legislação. Nós estamos criando agora uma legislação que não havia no nosso País para o serviço terceirizado. O Senado já tinha votado, já tinha feito a sua parte. Faltava a Câmara também fazer o seu trabalho.

Uns concordam com a legislação para tirar do trabalho precarizado que hoje existe nas empresas terceirizadas os que vivem nele, porque agora há legislação, não será tirado nenhum direito; outros são contra a legislação que vem proteger os trabalhadores.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, hoje nós vivemos a quarta revolução industrial. A primeira foi com a lenha, quando se descobriu a máquina a vapor. Hoje nós fazemos a quarta revolução industrial, quando justamente aprovamos a produção com cooperação, levando em consideração a interligação que existe entre as pessoas. Isso é comprovado. Países desenvolvidos já adotam o serviço terceirizado há mais de 20 anos.

Eu dou um exemplo bastante clássico, o aparelho de telefonia celular, produto do serviço de terceirização. É um produto moderno, é um produto da quarta revolução industrial: neste aparelho (*mostra aparelho celular*), uma indústria fabrica o *chip* da máquina de calcular, outra indústria fabrica o *chip* da máquina fotográfica,



outra indústria fabrica a tela, outra indústria fabrica o chassi, que é a carcaça, outra indústria fabrica o *chip* do processador. Senhores, isso é modernidade!

Nós podemos questionar: muito bem, nós consumimos muitos aparelhos de telefonia celular. Grande parte dos brasileiros tem aparelhos celulares, alguns até mais de um. E nós procuramos onde são feitos esses aparelhos que nós usamos aqui. Eu posso dizer isso aos senhores. Sabem quantas indústrias de celulares, quantas marcas de celulares têm na Índia? Eu anotei aqui, 56 indústrias; na China são 16 indústrias; na França também são 16 indústrias; na Alemanha são nove; nos Estados Unidos da América do Norte são oito; e no Brasil é só uma. Só uma! Justamente porque faltava esta lei para proteger o serviço mais moderno, a forma de produção mais atualizada — essa que acabei de relatar —, que todos os senhores conhecem.

Eu vejo aqui uma incoerência muito grande dos Deputados que dizem que a terceirização precariza o trabalhador. No entanto, todos que aqui falaram usam um aparelho destes. Ora, se se precariza o trabalho através da terceirização — isto aqui (*mostra aparelho celular*) só é feito através da terceirização —, eles estão, ao comprar, fomentando a terceirização, fomentado esse tipo de trabalho que eles dizem que é precário. Isso é muita incoerência.

Aqui ouvi um partido dizer que é contra. Mas, quando eles ocupam um Governo, como é o caso do meu Maranhão, são os que mais gastam com serviço terceirizado. Sr. Presidente, de 2014 até agora, início de 2017, quem mais contratou serviço terceirizado foi justamente um Governo estadual administrado pelo PCdoB. Eles aumentaram em quase 30% os contratos de serviço terceirizado.



Aqui nós não votamos serviço terceirizado para a administração pública. O que nós votamos hoje, diferentemente do que disseram alguns que mentiram ou são desinformados, a terceirização que nós votamos na noite de hoje é para a iniciativa privada, até porque a própria Constituição Federal já proíbe que professores, para lecionarem no serviço público, seja no ente municipal, seja no ente estadual, seja no ente federal, têm que se submeter a concurso público. Nenhuma lei ordinária pode ser maior do que a Constituição Federal.

O que aqui se falou foi para criar uma bandeira, uma bandeira que alguns partidos perderam. Tinham a bandeira da moralidade, e a perderam com a Operação Lava-Jato; tinham a bandeira da eficiência, e a perderam com a quantidade de desempregados que conseguiram gerar em nosso País, que é de quase 13 milhões de pessoas.

Quero lembrar que, quando foi votada nesta Casa a legislação das pequenas e microempresas, esses partidos que hoje são contra o serviço terceirizado se posicionaram contra a aprovação de uma lei para criar as pequenas e microempresas no País. Diziam a mesma coisa: com as pequenas e microempresas, o trabalho seria precarizado. Nada disso aconteceu! Nada disso aconteceu! Hoje elas empregam 52% da mão de obra do País, são responsáveis por 27% do nosso PIB. Essa é a verdade.

Quero dizer que tenho certeza de que o Presidente Michel Temer irá sancionar este projeto de lei, para que possamos abrir a possibilidade de criação de mais empregos. Há quase 13 milhões de pais e mães de família que precisam de emprego. Esta será uma grande oportunidade, tenho certeza.



Aproveito este 1 minuto que me resta para registrar o aniversário de Balsas, no Maranhão, que completa 99 anos de autonomia administrativa e política, e desejar sucesso à administração do Prefeito Dr. Erik, a todos os balsenses e ao povo que mora na cidade que é a capital do agronegócio do Nordeste, que produz a maior quantidade de soja e milho da região.

Desejo que o Município continue a progredir, embora não conte com o apoio do Governador, que estava passeando aqui no plenário e não foi ao aniversário de Balsas, uma das grandes cidades do Maranhão, em termos territoriais, com 17 mil quilômetros quadrados. Ele não foi por uma simples razão, porque não fez tudo que prometeu quando foi candidato a Governador. Nem sequer concluiu a construção do hospital regional, obra que a Governadora Roseana Sarney deixou quase 90% pronta.

Parabenizo o povo de Balsa pelo seu aniversário e por mais 1 ano de autonomia administrativa.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

Peço que nosso pronunciamento seja divulgado no programa *A Voz do Brasil*.

**O SR. PRESIDENTE** (Carlos Manato) - Muito obrigado, Deputado Hildo Rocha.

Corroboro com o que V.Exa. disse. Eu votei pela terceirização porque não pega o funcionário público. Votei consciente de que é para a iniciativa privada. Por isso votei favoravelmente.



**O SR. PRESIDENTE** (Carlos Manato) - Concedo a palavra à Sra. Deputada Maria do Rosário, para uma Comunicação de Liderança, pelo PT.

V.Exa. dispõe de 9 minutos.

**A SRA. MARIA DO ROSÁRIO** (PT-RS. Como Líder. Sem revisão da oradora.) - Agradeço a V.Exa., Sr. Presidente, Deputado Carlos Manato, porque, apesar de termos tido várias sessões longas, V.Exa. permanece aqui para nos dar a oportunidade de nos pronunciarmos como partidos e como Parlamentares.

Senhoras e senhores que ainda nos acompanham nesta noite, hoje tivemos um dia singular na Câmara dos Deputados, onde as posições são divergentes entre nós — e talvez o sejam entre diferentes setores na sociedade brasileira —, e a maioria do povo brasileiro, sofrido e trabalhador, terá consigo os efeitos de um projeto aqui votado que não visa ao seu interesse.

Eu quero, em nome do Partido dos Trabalhadores, lamentar a aprovação do projeto da terceirização, que retira direitos de homens e mulheres. E me pronuncio em nome do PT nesta noite para sublinhar como especialmente nós mulheres estamos mais marcadas com perdas na nossa vida, na condição de trabalhadoras, pelo Governo Temer e pelas iniciativas que têm sido tomadas aqui neste plenário.

As mulheres brasileiras não conhecem o Brasil ou a economia, como disse Michel Temer, por conferirem as compras do supermercado ou pelo trabalho diário. A mulher brasileira representa 46% da população economicamente ativa do Brasil. A mulher brasileira representa 37% dos chefes de família. E essas famílias que eu destaco são aquelas que têm apenas a mãe, a mulher, na atenção ao conjunto dos familiares, sobretudo aos filhos, no sustento da casa. As outras famílias todas também são chefiadas por mulheres, lado a lado com os homens.



No entanto, as mulheres brasileiras têm uma defasagem extrema na vida salarial, de cerca de 30% a menos, em funções iguais às desenvolvidas pelos homens. E quando nós falamos em mulheres negras, juntam-se aqui a discriminação e a violação de direitos por ser mulher com o racismo histórico e perverso da sociedade brasileira, que faz com que as mulheres negras recebam, pelo exercício de funções iguais, 50% menos, em média, do que os homens brancos.

Senhores e senhoras, quando falamos da terceirização, em muitos setores isso é igual a trabalho precário, porque há empresas que fecham as portas, abandonam as pessoas e não garantem os créditos devidos, fazendo com que as pessoas busquem na Justiça do Trabalho, por muito tempo, reaver e garantir aquilo que lhes é devido, porque trabalharam. E nós temos que admitir que a maioria dessas pessoas são mulheres.

Até agora, as atividades de terceirização não eram autorizadas na atividade-fim. Elas eram autorizadas em serviços menos remunerados e menos valorizados, serviços em geral exercidos pelas mulheres, embora estejamos cada vez mais em igualdade com os homens, até superando-os na educação, nos diferentes níveis e modalidades, inclusive nos cursos de graduação e pós-graduação.

Nas funções de limpeza, nas funções de cuidado mais direito, de asseio, de higiene, nas funções de atenção, até nas funções de segurança, nós podemos afirmar que a maioria é de mulheres. Certamente, é um trabalho honrado e digno, mas menos remunerado no caso das mulheres.

Destaco, senhores e senhoras, que a situação agora ficará ainda mais difícil. Com a aprovação desta matéria hoje, ela não voltará ao Senado Federal. A



conclusão da votação é tão perversa que a matéria vai diretamente para as mãos de Michel Temer, para que ele, sem que tenha, do meu ponto de vista, a legitimidade de ocupar a Presidência da República, assine, pelo cargo que ocupa, o projeto de lei, transformando-o em lei. E estará valendo!

O que acontecerá, então? Para a empresa talvez seja extremamente importante juntar algum recurso, pagar rescisões, demitir em massa, para contratar outros trabalhadores, agora como terceirizados ou quarteirizados, como permite a lei.

O trabalho temporário que aqui ficou aprovado — lamente-se pelo absurdo! — desresponsabiliza a empresa para a qual a pessoa presta serviço, mesmo que aquela empresa que a contratou não pague os direitos trabalhistas que devem ser assegurados.

No caso da pessoa que trabalhará como pessoa jurídica — eu imagino um jornalista, um advogado, aquele que desempenha funções com grau universitário —, ela será pressionada, nesta época de desemprego, a abrir mão do seu contrato de trabalho e sair das suas funções, para ser recontratada pelos jornais, pelos veículos de comunicação ou por quem quer que seja, agora como pessoa jurídica.

Cada um será uma empresa própria e sairá do terreno da legislação trabalhista para o terreno da legislação civil, com um contrato entre as partes iguais. Então, essa pessoa vai trabalhar por 1 ano e não terá mais direito a férias; essa pessoa vai trabalhar por 1 ano e não terá mais direito a 13º salário, porque não estará no contrato.

Foram aprovadas hoje três formas de precarização das relações de trabalho que atingem todos e mais ainda as mulheres: a terceirização, que agora será para a



---

atividade-fim, portanto, permitirá, sim, que o professor de uma escola não seja mais vinculado à escola e seja funcionário de uma empresa terceirizada que nenhum vínculo terá com a escola, com as crianças e com a comunidade — essa é uma forma de precarização do trabalho —; o trabalho temporário, que saiu de 3 meses para 9 meses, e a empresa que receberá a prestação de serviço não terá mais qualquer responsabilidade com esse trabalhador, mesmo que a terceirizada não pague nenhum direito; e a contratação do trabalhador como pessoa jurídica, ou seja, com contrato regido pelo Direito Civil, não mais pela legislação trabalhista. Portanto, Sras. e Srs. Deputados, cabe a mim denunciar, sim, como fez a minha bancada, e resistir, sim, como fizemos aqui.

Por fim, quero dizer que a digital que os meus colegas usaram para votar esta matéria é a digital que ficará para a história como a assinatura de um crime contra as trabalhadoras e os trabalhadores brasileiros.

Muito obrigada, Deputado Carlos Manato.

**O SR. PRESIDENTE** (Carlos Manato) - Obrigada, Deputada.



**O SR. PRESIDENTE** (Carlos Manato) - Concedo a palavra ao Deputado Franklin Lima.

**O SR. FRANKLIN LIMA** (Bloco/PP-MG. Pela ordem. Sem revisão do orador.)

- Sr. Presidente, quero aqui manifestar a minha preocupação com o momento atual do País. Eu exijo da Polícia Federal que haja mais inteligência e responsabilidade ao fazer acusações e afirmações que envolvam a população brasileira.

É um absurdo o que aconteceu nessa Operação Carne Fraca, que até no nome é fraca. Eu considero um absurdo, até porque oito pessoas que foram indiciadas já estão em liberdade, porque não há provas reais daquilo de que foram acusadas. Então, é importante que se mostrem as provas e que a Polícia Federal tenha responsabilidade e não perca, com essas atitudes sobre fatos inexistentes, a credibilidade que o Brasil tem nela.

Essa é a minha observação.

Obrigado, Presidente.



---

## PRONUNCIAMENTO ENCAMINHADO À MESA PARA PUBLICAÇÃO

**A SRA. IRACEMA PORTELLA** (Bloco/PP-PI. Pronunciamento encaminhado pela oradora.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, trago a esta Casa, para reflexão e discussão, mais um assunto relativo à vida das mulheres: o envolvimento com drogas.

Segundo informa matéria publicada no *site* das Nações Unidas no Brasil, o relatório 2016 do Painel Internacional de Controle de Narcóticos (INCB) mostrou que mais mulheres estão morrendo de *overdose* de drogas em todo o mundo.

De acordo com o estudo, elas representam um terço dos usuários, mas apenas um quinto das pessoas em tratamento. Esse panorama evidencia que ainda existem barreiras de várias ordens que impedem o acesso das mulheres ao tratamento.

O relatório informa ainda que as mulheres estão mais sujeitas a receber prescrição de remédios narcóticos e ansiolíticos do que os homens e, assim, acabam mais sujeitas ao abuso desses medicamentos.

Alemanha e Sérvia informaram que as *overdoses* fatais por drogas prescritas são mais frequentes entre as mulheres. Reino Unido e Irlanda do Norte têm registrado mais casos de *overdoses* de todas as substâncias entre as mulheres do que entre os homens.

O documento faz um alerta para que os governos priorizem o acesso ao atendimento médico para as dependentes químicas. Outra ação importante é investir nas campanhas públicas de prevenção do abuso de drogas entre mulheres e outros grupos vulneráveis, como presos, gestantes, profissionais do sexo e pessoas que vivem com o HIV.



De acordo com o relatório, as mulheres encarceradas e as profissionais do sexo são mais suscetíveis ao uso de drogas. O documento sugere que os países procurem alternativas ao encarceramento por crimes relativos a drogas, como tratamento, reabilitação e integração social.

Segundo o estudo, o crime organizado e o tráfico de drogas continuam sendo a principal preocupação com a região da América Latina, incluindo a tríplice fronteira entre Brasil, Argentina e Paraguai.

O relatório afirma que, apesar de a fabricação de cocaína ocorrer principalmente na Colômbia, no Peru e na Bolívia, laboratórios clandestinos foram encontrados em outros países, como Brasil, Argentina, Chile e Equador.

Ainda conforme dados do documento, o uso de cocaína por estudantes do ensino médio é mais alto na América do Sul do que nas Américas Central e do Norte e no Caribe. Os maiores índices foram registrados na Argentina, Chile, Colômbia e Brasil, em quarto lugar.

A divulgação desse estudo é importante para que possamos nortear as políticas de prevenção e de combate às drogas no Brasil e na América Latina.

Com certeza, o enfrentamento ao tráfico e ao crime organizado deve ser uma das principais frentes de atuação. Mas não podemos esquecer as outras iniciativas, que são fundamentais também: as ações de prevenção, o trabalho de reinserção social, o tratamento para os dependentes e as famílias. Tudo deve estar coordenado e muito bem articulado entre as três instâncias governamentais e a sociedade.

Era o que tinha a dizer.

Muito obrigada.



**V - ENCERRAMENTO**

**O SR. PRESIDENTE** (Carlos Manato) - Nada mais havendo a tratar, vou encerrar a sessão.



**CÂMARA DOS DEPUTADOS - DETAQ**  
Número Sessão: 044.3.55.O  
Data: 22/03/2017

**REDAÇÃO FINAL**  
Tipo: Deliberativa Extraordinária - CD  
Montagem: 5199

---

O SR. PRESIDENTE (Carlos Manato) - **COMPARECEM MAIS OS SRS.:**



**CÂMARA DOS DEPUTADOS - DETAQ**  
**Número Sessão: 044.3.55.O**  
**Data: 22/03/2017**

**REDAÇÃO FINAL**  
**Tipo: Deliberativa Extraordinária - CD**  
**Montagem: 5199**

---

**DEIXAM DE COMPARECER OS SRS.:**



**O SR. PRESIDENTE** (Carlos Manato) - Encerro a sessão, convocando Sessão Deliberativa Extraordinária para amanhã, quinta-feira, dia 23 de março, às 9 horas, com a seguinte Ordem do Dia: Projetos de Decreto Legislativo nºs 424, de 2016; 188, de 2015; e 440, 441 e 521, de 2016. Haverá matéria sobre a mesa para deliberação. Convoco também Sessão Deliberativa Ordinária para amanhã, quinta-feira, dia 23 de março, às 14 horas, com a seguinte Ordem do Dia: Projeto de Decreto Legislativo nº 424, de 2016. Haverá matéria sobre a mesa para deliberação.



**CÂMARA DOS DEPUTADOS - DETAQ**

**Número Sessão: 044.3.55.O**

**Data: 22/03/2017**

**REDAÇÃO FINAL**

**Tipo: Deliberativa Extraordinária - CD**

**Montagem: 5199**

---

***(Encerra-se a sessão às 22 horas e 32 minutos.)***